



PANORAMA

da participação privada no saneamento

2023

A DÉCADA DO SANEAMENTO



PANORAMA

da participação privada no saneamento

2023

A DÉCADA DO SANEAMENTO

Editorial

Dez anos de PANORAMA

Universalizar o saneamento básico é o passo fundamental para que o Brasil possa alcançar o desenvolvimento econômico e social adequado à sua importância no mundo. A necessidade de acelerar investimentos para alcançarmos essa tão sonhada universalização dos serviços de água e esgoto persiste e é cada vez mais urgente.

Há dez anos, quando a ABCON SINDCON publicou a primeira edição deste anuário, o objetivo era trazer informações e dados atualizados que servissem como uma referência para o setor se desenvolver. Passada uma década, o Panorama da Participação Privada no Saneamento se tornou, de fato, uma referência. Mas, como os próprios números indicam, ainda temos muito a avançar.

Ademais, esta décima edição consecutiva do PANORAMA surge em um momento emblemático: estamos a dez anos de atingirmos a data prevista para o Brasil alcançar a universalização.

As perguntas que surgem diante dessa perspectiva são: estamos no caminho certo? Quais são as dificuldades que precisamos enfrentar até 2033? Onde podemos evoluir?

O corpo técnico da ABCON SINDCON procurou reunir uma base de dados sólida, acompanhada de análises precisas sobre o que revelam os números apurados. O resultado é um documento essencial para refletirmos sobre os desafios do saneamento brasileiro nos próximos dez anos.

Dessa forma, renovamos o compromisso com a informação de qualidade, de modo a divulgar com segurança e transparência o quadro do saneamento e da atuação dos operadores privados no setor.

Confirmadas as diretrizes de fortalecimento da concorrência, regulação e regionalização – estabelecidas via lei aprovada após longa discussão de toda a sociedade no Congresso –, poderemos caminhar a passos largos e seguros para contar com o aumento das parcerias com o setor privado no saneamento e, assim, termos os instrumentos necessários para atingir a tão sonhada meta da universalização, com amplos benefícios econômicos, sociais e de saúde pública à população.

Boa leitura!



Percy Soares Neto
Diretor executivo da
ABCON SINDCON

Editorial

Construindo uma nova história

Em julho de 2020, passei a atuar de maneira direta no saneamento e, de imediato, ocupei uma cadeira no Conselho de Administração da ABCON SINDCON.

Foram três anos muito intensos, principalmente se considerarmos que esse período coincide exatamente com a vigência do novo marco legal do setor, arcabouço jurídico que permite vislumbrarmos avanços significativos no sentido de o Brasil alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto.

Esses três anos fazem parte de uma história que vem sendo contada pelo PANORAMA há uma década e que culmina em números muito representativos da presença do segmento privado no saneamento brasileiro.

Hoje, as concessionárias privadas estão presentes em 850 municípios, a partir de 178 contratos, atendendo a 51 milhões de pessoas. O mapa das cidades em que as operadoras privadas atuam praticamente quadruplicou em dez anos.

Em 2021, os investimentos privados em saneamento chegaram a R\$ 3,5 bilhões de um total de R\$ 16,9 bilhões, ou 21% do total

investido no setor. Nos últimos 15 anos, foi o terceiro maior volume de investimentos realizados de nossa parte, numa demonstração de que o impacto do marco legal foi imediato, sinalizando um caminho consistente para termos uma agenda positiva nos próximos anos.

A ABCON SINDCON reúne hoje praticamente todos os operadores privados que estão viabilizando esses importantes investimentos. A associação congrega 16 grupos empresariais, mantendo-se muito ativa em mais um momento de reafirmação das diretrizes que entendemos serem decisivas para a evolução dos indicadores de nosso setor: segurança jurídica, estímulo à concorrência de mercado e consolidação das parcerias público-privadas.

O PANORAMA 2023 traz a público pela décima vez consecutiva um retrato da atuação das concessionárias privadas, demonstrando a relevância de nossa atividade, cada vez mais consolidada e pronta para desempenhar um papel fundamental na evolução do saneamento brasileiro. Nosso anuário acompanha essa evolução, tendo se tornado uma referência e uma inspiração para outras publicações com números sobre o setor.

Ao tornarmos pública mais uma edição do PANORAMA, a entidade traz mais uma contribuição institucional de peso em nosso compromisso com a universalização do saneamento básico.

Reafirmamos também, nessa oportunidade, a motivação inabalável em exercer o protagonismo na promoção da participação da iniciativa privada na implementação das metas estabelecidas pelo novo marco regulatório do setor, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto.

Carlos Brandão
Presidente do Conselho
de Administração da
ABCON SINDCON



Índice

PARTE I: 2013-2023 | DEZ ANOS DE PANORAMA

Capítulo 1	
Amadurecimento do atendimento entre as operações privadas	13
Capítulo 2	
Amadurecimento do ambiente institucional	23
Capítulo 3	
Modelos e tipos de contratos com operação privada	26
Capítulo 4	
Investimentos: evolução na última década	31
Capítulo 5	
Os últimos três anos	33

PARTE II: 2023 | CENÁRIO ATUAL

Capítulo 6	
Avanços tímidos	47
Capítulo 7	
Avanços da iniciativa privada no setor	49
Capítulo 8	
Preparados para o futuro	66

PARTE III: 2023-2033 | FUTURO

Capítulo 9	
A década do saneamento	71
Capítulo 10	
Uma nova fronteira de investimento	75
Capítulo 11	
Por que a regionalização é tão importante?	78
Capítulo 12	
O futuro já começou	81
Quadro de concessões	103
ABCON SINDCON	129

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1.1.
Evolução do atendimento das operadoras privadas de água e esgoto (2013-2023) -13

Gráfico 1.1.
Lenta retomada no nível de expansão do atendimento a partir de 2019.....-14

Gráfico 3.1.
Evolução dos contratos privados por modalidade (2013-2023)-29

Gráfico 3.2.
Evolução dos contratos privados por modalidade (2013-2023)-29

Gráfico 4.1.
Evolução dos investimentos no setor (total, total operadores e privado) (2013-2021)..... -31

Tabela 5.1.
Leilões realizados e investimentos contratados (2020-2022)-34

Gráfico 7.1.
Porcentagem de municípios atendidos por tipo de operador.....-50

Mapa 7.1.
Municípios atendidos por tipo de operador -51

Gráfico 7.2.
Distribuição dos contratos por porte -52

Gráfico 7.3.
Distribuição dos contratos por modalidade (quantidade e investimento realizado) -52

Mapa 7.2.
Quantidade de municípios atendidos em cada região-53

Gráfico 7.4.
Índice de atendimento urbano de água (% população), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)-54

Gráfico 7.5.
Índice de atendimento urbano de esgoto (% população), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)-56

Gráfico 7.6.
Tarifa média praticada (R\$/m³), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021) -58

Gráfico 7.7.
Despesa total com serviços por m³ faturado (R\$/m³), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)-60

Gráfico 7.8.
Desempenho financeiro, nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021) -62

Gráfico 7.9.
Investimento por ligação (R\$/ligação), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)-64

Gráfico 9.1.
Projeção da universalização por região sem o aporte de investimentos adicionais -71

Gráfico 9.2.
Investimentos necessários para a universalização por região-72

Gráfico 9.3.
Impactos econômicos da universalização – aumento na produção setorial até 2033 (R\$ bilhões)-73

Gráfico 9.4.
Impactos econômicos da universalização – postos de trabalho adicionais (mil) -73

Gráfico 9.5.
Impactos econômicos da universalização – aumento nas receitas públicas -74

Gráfico 10.1.
Estimativa de financiamento necessário por região-76

Mapa 11.1.
Status da regionalização-78

Tabela 12.1.
Projetos em estruturação-86

Gráfico 12.1.
Resultado pesquisa socioambiental -89

Gráfico 12.2.
Resultado pesquisa compliance-97

PARTE I: 2013-2023

**DEZ ANOS DE
PANORAMA**

Capítulo 1

Amadurecimento do atendimento entre as operações privadas

Em 2013, a população sem acesso à água tratada no Brasil era de 35 milhões de pessoas, praticamente a mesma de hoje. O PANORAMA estimava que, desse total, 11,3 milhões viviam em áreas urbanas.

Em dez anos (2013-2023), desde que o PANORAMA começou a ser publicado, várias concessões privadas começaram a operar e alcançaram, nesse período, resultados que merecem ser destacados.

A efetividade dos investimentos por parte das concessionárias privadas pode ser comprovada pelos comparativos de investimentos, apresentados neste PANORAMA, na página 51, no capítulo "Avanços da iniciativa privada no setor".

Tabela 1.1.

Evolução do atendimento das operadoras privadas de água e esgoto (2013-2023)

Fonte: Panorama da Participação Privada no Saneamento

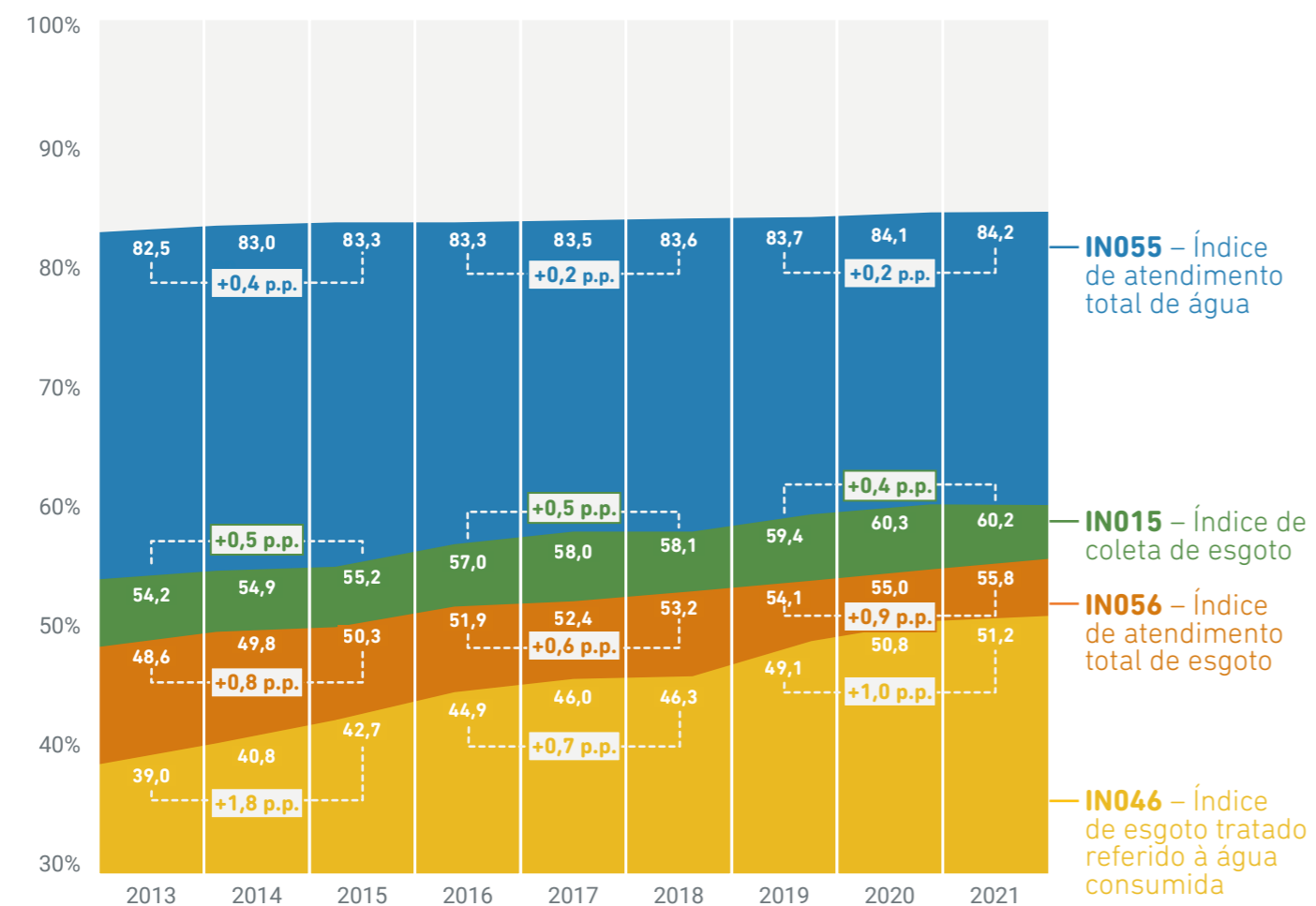
	2013	2023	Variação
Municípios atendidos	217	850	292%
Contratos com a iniciativa privada	103	178	73%

*inclui contratos de concessão parcial, em que há atendimento simultâneo de operadores públicos e privados.

Gráfico 1.1.

Lenta retomada no nível de expansão do atendimento a partir de 2019

Fonte: Relatórios do SNIS



EXEMPLOS DE CONCESSÕES QUE FORAM CONTRATADAS OU INICIADAS HÁ DEZ ANOS E JÁ ATINGIRAM A UNIVERSALIZAÇÃO

Gestão e investimentos continuados, muitas vezes antecipados ou mesmo acima das previsões estabelecidas, são pontos em comum entre as concessões privadas de saneamento que evoluíram nos últimos dez anos.

Esse investimento acima da média se traduz em obras, novos equipamentos – estações de tratamento e elevatórias, aumento do número de ligações etc. – e redução de perdas físicas no sistema, um enorme desafio que atinge todas as concessionárias no país.

Com isso, as concessões aqui apresentadas se destacam em suas respectivas regiões e estão a caminho da universalização.

Os efeitos transformadores dessas gestões vão muito além das estatísticas e podem ser verificados na melhoria de indicadores da saúde da população e na recuperação e proteção de mananciais, que são, em muitos casos, essenciais para o desenvolvimento econômico dos municípios.

Nas páginas a seguir, mostramos algumas dessas concessões exitosas.



Águas de Votorantim – Grupo Águas do Brasil

Com 11 anos de atuação, a concessionária Águas de Votorantim já investiu mais de R\$ 93 milhões em saneamento básico no município e atingiu a universalização do saneamento, com 100% da distribuição de água tratada e 99,37% de esgotamento sanitário, garantindo qualidade de vida para população.

O índice de perdas de água, que em 2012 era superior a 58%, foi reduzido para menos de 20% anuais com a implantação de um rigoroso programa de controle, a instalação de macromedidores nas estações e nos reservatórios e o uso do Fluid para a detecção de vazamentos, entre outras ações.

Para atingir os índices de 100% de distribuição de água e 99,37% de esgotamento sanitário, a concessionária investiu na modernização e construção de novas Estações de Tratamento de Água (ETAs), na implantação de novos reservatórios, aumentando a reservação de água, na substituição das tubulações mais antigas, na melhoria das redes de distribuição, na implantação de novos emissários e novas estações elevatórias de esgoto e na ampliação da rede de coleta, entre outros.

Os investimentos feitos ao longo desses 11 anos não impactaram o valor da tarifa residencial, que é hoje uma das mais baixas da região.



Atibaia Saneamento – Grupo Iguá

A concessionária completa dez anos em 2023. A última década foi marcada por grandes avanços no saneamento básico do município paulista, de 140 mil habitantes.

Uma das principais ações de impacto socioeconômico da Atibaia Saneamento foi a entrega, em 2020, da ETE Caetetuba, que inicialmente trata 70 litros/s, por meio de um moderno sistema de tratamento de filtros biológicos. A ETE, que terá ainda duas etapas, chegará ao final a um desempenho de 230 litros de esgoto tratados por segundo.

Em 2022, a empresa concluiu a segunda fase da ETE no bairro Estoril. A obra que já vinha acontecendo desde o final de 2021, foi finalizada no mês de setembro e permitiu a ampliação da eficiência operacional e da capacidade de tratamento do esgoto, que passou de 200 para 300 litros por segundo. Além disso, a atualização possibilitou o aumento da qualidade no efluente purificado,

beneficiando não apenas a cidade, mas todos os municípios da região contemplada pelo rio Atibaia.

No quesito reconhecimento, a operação recebeu, em 2022, o Troféu Quíron “Prata” na categoria Selo de Qualidade de Fornecedores no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), um dos principais modelos de excelência em gestão e o único prêmio do setor de saneamento do mundo.

A concessionária atua por meio de um contrato de Parceria Público-Privada com duração de 30 anos junto a Saneamento Ambiental de Atibaia (SAAE), sendo responsável pelo sistema de esgotamento sanitário da cidade. Com investimentos contínuos, atua para a expansão do sistema de esgoto a partir da instalação de novas ligações, implantação de redes de coleta, substituição e remanejamento da rede existente, entre outros serviços, com o objetivo de universalizar o acesso da população à coleta e ao tratamento do efluente.



PPP Região Metropolitana do Recife – BRK Ambiental

A operação da PPP de esgoto na região metropolitana do Recife (RMR), Pernambuco, começou em julho de 2013. O contrato é de 35 anos.

A BRK Ambiental – Região Metropolitana do Recife / Goiana é uma PPP que envolve 14 municípios da RMR e a cidade de Goiana. Cerca de 6 milhões de pessoas serão beneficiadas com contratação para implantação e ampliação do tratamento de esgoto. Em 2020, a população já atingida somava 1,4 milhão de pessoas.

Os investimentos estimados alcançam R\$ 7,4 bilhões, dos quais R\$ 6,3 bilhões são recursos provenientes do parceiro privado e o restante do parceiro público, o governo de Pernambuco.

Obras de porte e muito importantes já foram concluídas, como o Sistema de Esgotamento Sanitário da Imbiribeira (Recife), a primeira etapa do Sistema de

Esgotamento Sanitário Janga (Paulista), a primeira etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário Gaibu (Cabo de Santo Agostinho) e o Sistema de Esgotamento Sanitário Nossa Senhora do Ó (Ipojuca). Outras obras já finalizadas estão espalhadas pelas cidades de Recife, São Lourenço da Mata, Jaboatão dos Guararapes e Goiana (Centro e Ponta de Pedras).

O índice de cobertura de esgoto na região era de 27% no início da operação e, atualmente, encontra-se em 42%. Até o final da década, a previsão é atingir 73,5% de cobertura e, em 2037, alcançar 90%.

Ao longo dos últimos nove anos, cerca de R\$ 1,5 bilhão já foram investidos pela BRK em Pernambuco. No ano passado, o grupo investiu mais de R\$ 300 milhões em obras de ampliação e implantação de sistemas de esgotamento sanitário na própria PPP.



Prolagos – Grupo Aegea

Desde 1998, a concessão é responsável pelos serviços de saneamento básico em cinco municípios da região dos Lagos (Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia), no Rio de Janeiro, beneficiando cerca de 430 mil pessoas. Nesse período, triplicou o fornecimento de água potável. O atendimento passou de 30% a 98% da população da área urbana, e o índice de atendimento em esgotamento sanitário na região saltou de praticamente 0 para 80%.

A Prolagos já investiu mais de R\$ 1,4 bilhão em saneamento. Um dos resultados mais evidentes desse investimento é que a Lagoa de Araruama, a maior laguna hipersalina em estado permanente do mundo, teve seu ecossistema, tão relevante para o turismo e para a economia local, recuperado.

Os investimentos em coleta e tratamento de esgoto nas cidades do entorno foram determinantes para que a lagoa, que estava praticamente "morta" no início dos anos 2000, registrasse recorde de pescada nos últimos anos e retomasse suas potencialidades para atividades náuticas, esportivas e turísticas.

Por meio do sistema de coleta em tempo seco, a concessionária capta o esgoto que passa pela rede de drenagem e leva para tratamento, evitando que caía *in natura* nesse corpo hídrico. Essa proteção permitiu que cavalos-marinhos voltassem a ocupar a Lagoa de Araruama. Com organismo sensível à poluição, esses animais são considerados bioindicadores de qualidade da água, o que reforça que a atuação da concessionária está no caminho certo.



Sanessol – Aviva/Iguá

A Sanessol, empresa do grupo Aviva Ambiental e Iguá Saneamento, completou 15 anos de concessão na cidade de Mirassol, no interior de São Paulo. Com o apoio do poder público, a concessionária viabilizou mudanças e avanços no saneamento básico local. Atualmente, 100% da população (60 mil habitantes) tem acesso aos serviços de água e esgoto. Saneada, Mirassol está à frente de centenas de municípios brasileiros.

Ao longo do período da concessão, a Sanessol não mediu esforços para prestar os melhores

serviços e priorizou a implantação de modernos modelos de gestão, incluindo o atendimento ao cliente e as melhores tecnologias do mercado, principalmente no sistema de perdas de água. Além de ser uma obrigação contratual, essa é uma ação socioambiental importantíssima, que contribui na adequada exploração dos mananciais, diminuindo a captação de água bruta para o tratamento, proporcionando redução do consumo de insumos e, principalmente, de energia e resultando em um sistema mais eficiente e sustentável.



São Gabriel Saneamento – Grupo Servy Saneamento

Localizado no oeste gaúcho, com 62 mil habitantes, o município de São Gabriel é destaque no Rio Grande do Sul pelos avanços em saneamento básico obtidos nos últimos 11 anos, tempo em que a responsável pelos serviços é a concessionária São Gabriel Saneamento.

Os investimentos realizados ao longo destes 11 anos de prestação de serviço somam um montante de mais de R\$ 80 milhões, sendo mais de R\$ 14 milhões investidos na modernização do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), em Estações de Tratamento de Água (ETAs), na elaboração de estudos técnicos e no desenvolvimento de projetos.

Problemas anteriormente recorrentes, de baixa pressão na rede, desabastecimento de água em períodos de falta de energia, atrasos na execução de vazamentos de água, atendimento dos serviços e falta de investimentos, já não fazem mais

parte da realidade do serviço de saneamento básico da cidade.

Na ampliação do sistema de esgotamento sanitário, o montante investido já ultrapassa os R\$ 65 milhões. Obras de redes coletoras, Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) e uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) foram executadas, possibilitando o aumento do Índice de Cobertura de Esgoto (CBE) de 12%, em 2012, para mais de 60,50% em 2022, patamar significativamente maior que a média estadual, hoje menor de que 25%.

Em 2023, a continuidade das obras de esgotamento é uma realidade, com previsão de investimento de R\$ 25 milhões até maio de 2025 em novas redes coletoras e EEEs. A meta é atingir 90% de cobertura e esgotamento sanitário sete anos antes do prazo estabelecido pelo marco legal do saneamento.



Capítulo 2

Amadurecimento do ambiente institucional

SESAMM – GS Inima Brasil

Com a chegada da SESAMM, Mogi Mirim encontrou na parceria entre o público e o privado uma solução para garantir investimentos que pudessem propiciar ao município a universalização na coleta e no tratamento de esgoto.

A SESAMM é um consórcio formado pelo grupo GS Inima Brasil (64% da gestão compartilhada) e a Sabesp (36%). Foi o primeiro contrato firmado entre empresas privadas e uma empresa de economia mista no setor. A concessão prevê a prestação de serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação e operação do sistema de tratamento de esgotos em Mogi Mirim.

Com prazo de 30 anos, o contrato foi assinado em 2008 e a operação começou em junho de 2012. Ao assumir, a SESAMM encontrou uma realidade em que 95% do esgoto era coletado, mas apenas 5% era tratado.

As metas contratuais foram distribuídas em quatro etapas de obras, sendo:

- * 1ª e 2ª etapas com entrada em operação em 2012;
- * 3ª etapa com entrada em operação em 2022;
- * 4ª etapa com entrada em operação em 2031.

Cada etapa corresponde a uma ampliação na capacidade de tratamento da estação e à construção de interceptores e/ou emissários. Em meio à terceira das etapas previstas, 95% do esgoto do município já é tratado. Em 2031, com a quarta etapa, Mogi Mirim terá 100% do esgoto tratado. Até o ano passado, foram investidos R\$ 82 milhões na operação.

A SESAMM é a primeira concessionária a gerar energia para uso operacional ao implantar uma usina de captação de energia solar por meio de placas fotovoltaicas.

Durante a última década, houve um grande amadurecimento do ambiente institucional e do arcabouço jurídico do saneamento.

Antes e depois da atualização da Lei 11.445/07, por meio da Lei 14.026/20, o marco legal do setor, tivemos vários momentos em que o debate sobre as demandas do serviço e o déficit do atendimento à população levou a mudanças importantes.

Em todas essas ocasiões, a iniciativa privada esteve presente, aberta para contribuir com a evolução do setor.

2013

Aprovado em dezembro, pelo **Decreto 8.141/13**, o Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico), que estabelece o ano de **2033 como meta para a universalização**.

2014

A **crise hídrica** enfrentada por várias regiões do país acirra a discussão sobre planejamento e gestão dos recursos hídricos.

2015

Um relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que a situação do esgotamento sanitário é incompatível com o grau de desenvolvimento do país. O documento marca o início das discussões em torno de uma lei que pudesse trazer **novas propostas para acelerar o investimento no setor**.

2016

A apresentação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, obrigatórios por lei, sofre vários adiamentos. Até o ano seguinte, **apenas 30% dos municípios** iriam concluir seus planos.

2018

O Executivo encaminha ao Congresso medida provisória para atualização e modernização das diretrizes que regulamentam o setor. Em linhas gerais, essa proposta já apresenta importantes mudanças no sentido de ampliar a competição com isonomia e garantir segurança jurídica aos investidores. Começa assim a **construção do novo marco legal do saneamento**

2017

A evolução das parcerias com a iniciativa privada é tímida naquele ano. A entidade vai a campo esclarecer e **informar a população sobre diversos mitos a respeito da atividade privada no saneamento**, como a confusão entre concessão e privatização e a falsa ideia de que as operadoras privadas praticam tarifas acima da média, o que não se comprova nos números do setor. As operadoras privadas praticam tarifas justas e adequadas, alinhadas com a média praticada por todo o mercado. Todas adotam a **tarifa social** para a população economicamente desfavorecida. Tarifas justas são as que asseguram modicidade, continuidade de investimentos, acesso universal e sustentabilidade dos serviços. É fundamental para levar o serviço a quem não tem saneamento.

2019

O mercado acompanha com atenção a discussão do marco legal no Congresso, enquanto as operadoras privadas aceleram investimentos. No entanto, a **insegurança jurídica e a falta de recursos públicos para o setor afetavam muitas obras**. Cerca de 400 delas estavam paralisadas.

2020

Aprovado em junho no Congresso e publicado no mês seguinte, o **marco legal do saneamento, Lei 14.026/20**, traz um novo alento para o setor, ao criar um ambiente de maior segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade para atrair investimentos privados. Em setembro, acontece o **primeiro leilão pós-marco legal**, em Alagoas. A concorrência que definiu a concessão de operação de água, coleta e tratamento de esgoto para parte da região metropolitana de Maceió foi um sucesso, definindo R\$ 2,6 bilhões de investimentos e mais R\$ 2 bilhões de outorga.

2021

O aguardado **leilão da Ceda**, o maior até aqui após o marco legal, acontece em duas etapas: abril e dezembro. A concorrência define R\$ 31,7 bilhões de investimentos para beneficiar 13,7 milhões de pessoas. No mesmo ano, é publicada a regulamentação da comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas.

2022

Expira, em 31 de março, o **prazo limite para a inclusão das metas de universalização em 2033 nos contratos em vigor**. Em fevereiro, acontece o **primeiro leilão de serviços integrados de água, esgoto e resíduos sólidos**, na cidade de São Simão (GO). Em dezembro, ocorre o **leilão da Corsan**, no Rio Grande do Sul, primeiro no modelo de privatização.

Em março, a **Câmara analisa e aprova os vetos do Executivo ao texto da Lei 14.026/2020**, confirmando que os contratos de programa não poderão ser renovados, e os contratos irregulares (delegação vencida ou sem delegação) são considerados precários. Nesses casos, a prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário estará sujeita à licitação quando o serviço não for prestado diretamente pelo titular. Em maio, a **ABCON SINDCON lança no Congresso a primeira edição de sua Agenda Legislativa**, que traz os principais projetos em tramitação no Legislativo com relação direta com o setor. Em dezembro, o **STF confirma por sete votos a três a constitucionalidade lei 14.026/20**.

2023

Questões como o **não enquadramento dos projetos de PPP no limite de 25% para subconcessão** começam a ser discutidas. Nesse item específico, a ABCON SINDCON considera a mudança positiva.

Saiba mais em "Painel de monitoramento da implementação do novo marco legal"



Dessa forma, ficaram mantidas as diretrizes estabelecidas pela legislação, garantindo a segurança jurídica necessária para os investimentos que já vinham se expandindo desde a publicação da lei, alvo então de contestação de quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Ainda em dezembro, **termina o prazo para a comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas de saneamento**, conforme o artigo 10 do decreto. Em maio de 2023, havia ainda 960 municípios irregulares, sem a devida comprovação, e outros 148 estavam em processo de regularização, de acordo com o **Painel de Monitoramento de Implementação do Marco Legal da ABCON SINDCON**.

Capítulo 3

Modelos e tipos de contrato com operação privada

Os modelos de participação da iniciativa privada no saneamento estão estabelecidos há décadas, embasados em uma série de leis. O arcabouço jurídico inclui a Lei das Licitações (8.666/93), a Lei das Concessões (8.987/95) e a Lei das PPPs (11.079/04), além do marco legal do saneamento, a Lei 11.445/07.

Seja qual for a modalidade, um contrato eficiente precisa ter garantias contra eventuais inseguranças jurídicas e estabelecer explicitamente metas de expansão, prazos para universalização e compromissos de investimentos. O princípio que sustenta essas premissas é a sustentabilidade econômico-financeira do contrato.

Contratos com operação privada são transparentes, com metas estabelecidas e efetivamente fiscalizados por órgãos reguladores.

Modelos adotados

A seguir serão apresentados os modelos que podem ser adotados nos contratos com operações privadas em serviços de água e esgoto.

PPPs

Podem ser de água e esgoto, somente de água ou apenas para a operação do esgotamento sanitário.

A PPP implica num contrato administrativo entre o poder público e uma empresa privada de prestação de serviços. No saneamento, o período de vigência desse contrato é geralmente longo, podendo chegar a 35 anos.

Em linhas gerais, as PPPs seguem o disposto na Lei 11.079/04, a Lei das PPPs.

As PPPs preveem aporte de recursos pela administração pública, seja em adição à tarifa paga pelo usuário (concessão patrocinada), seja no modelo de concessão administrativa por serviços prestados, direta ou indiretamente, ao poder público. Ambas são previstas pela Lei 8.987/95 (Lei das Concessões).

Na concessão patrocinada, há complementação da remuneração do parceiro privado pela administração pública. Parte dessa remuneração advém da cobrança de tarifas diretamente dos usuários. Na concessão administrativa, a remuneração ao parceiro privado é viabilizada por meio de contraprestação pública, sem cobrança de tarifas dos usuários.

O modelo de PPP com contrapartida é um instrumento relevante para a viabilização de projetos deficitários, ou seja, aqueles em que os valores decorrentes da cobrança de tarifas dos usuários não são suficientes para a realização dos investimentos necessários para

universalizar os serviços. Esse modelo permite que a população possa usufruir de um serviço de qualidade evitando que o setor público fique demasiadamente onerado.

CONCESSÃO PLENA

As concessões plenas incluem tanto o serviço de água quanto o de esgotamento sanitário.

São contratos que implicam na transferência do poder concedente para o contratado de toda a operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a responsabilidade de realizar os investimentos necessários por determinado período, em contratos longos, durante o qual a concessionária será remunerada por meio da cobrança de tarifas aos usuários.

As regras sobre a qualidade dos serviços e a composição das tarifas são definidas pelo poder público, ficando a cargo de uma agência reguladora a fiscalização sobre a aplicação dos termos estabelecidos pelo contrato.

Concessões, plenas ou parciais, podem ser municipais (atendem um único município) ou microrregionais/regionais (atendem mais de um município).

CONCESSÃO PARCIAL

Concessões parciais podem ser adotadas apenas para um ou outro entre esses serviços (água ou esgoto). O modelo segue as mesmas disposições de uma concessão plena quanto à remuneração e regulação.

SUBCONCESSÃO

É o modelo em que há a sub-rogação de todos os direitos e obrigações do subconcedente dentro dos limites da subconcessão, nos termos do art. 26 da Lei 8.987/95 (Lei das Concessões).

A subconcessão pode ser plena ou parcial e só ocorre por meio de licitação.

SUBDELEGAÇÃO

A subdelegação ocorre quando há transferência, mediante prévia licitação, de direitos e obrigações de um contrato de delegação de serviços públicos de saneamento básico pelo prestador a quem foi delegada a prestação por seu titular a um terceiro.

Assim, a empresa vencedora do certame licitatório assume todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Evolução

O número de contratos com a iniciativa privada cresceu de 103, em 2013, para os atuais 178. O número de municípios atendidos por esses contratos saltou, no último ano, de 217 para 850, considerando os leilões das empresas Corsan e Cagece.

Nota-se uma sólida presença das concessões plenas (72%) ao longo dos últimos dez anos, bem como um destaque para as PPPs, que, apesar de representarem 12% dos contratos, foram responsáveis por quase 19% dos investimentos privados em 2021 (último dado disponível). Entre 2013 e 2023, as concessões plenas e as PPPs cresceram, respectivamente, 90% e 91%.

As PPPs se tornam cada vez mais uma alternativa eficiente para viabilizar grandes investimentos, principalmente na ampliação da cobertura de coleta e tratamento de esgoto, e assim acelerar rumo à universalização.

Em março deste ano, o governo federal sinalizou uma mudança aguardada por todos no marco legal do saneamento, a permissão para que o valor de contrato subdelegado via PPP seja maior do que 25% do total, medida que propicia mais investimentos no setor.

Hoje, vários estados contam com PPPs de saneamento em operação (Pernambuco, Alagoas, Amapá, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia).

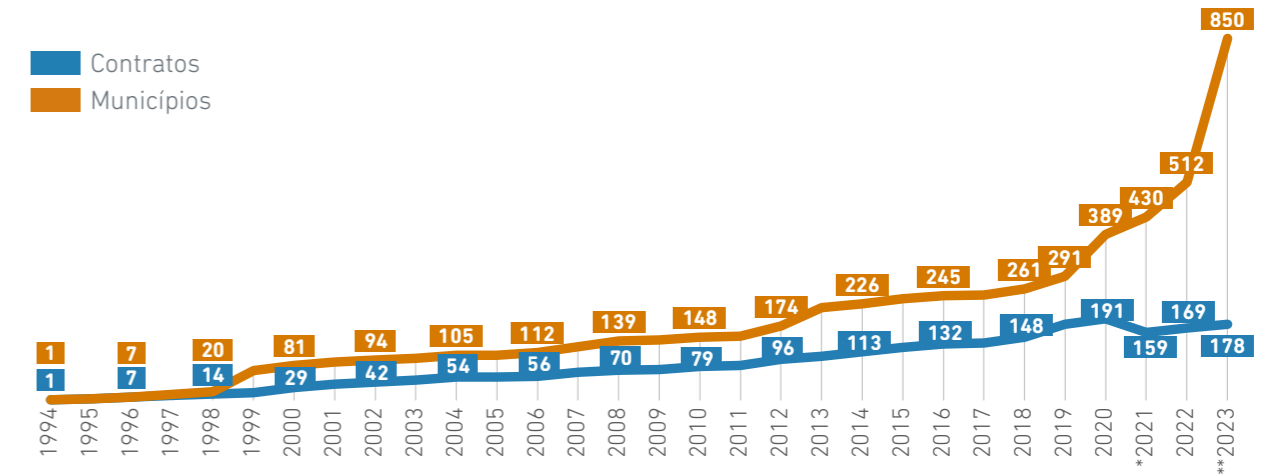
Estudos e intenções de leilões com o formato de PPP estão em desenvolvimento em diversos outros estados, como Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo (reuso de água) e Rio Grande do Sul.

Os contratos de concessão plena cresceram de 68, em 2013, para 129 em 2023. Representam, assim, a maior parte dos contratos (72%); PPPs são 12%, enquanto as concessões parciais respondem por 13%. Outros tipos de contrato somam 3% do total.

Gráfico 3.1.

Evolução dos contratos privados por modalidade (2013-2023)

Fontes: SPRIS e SNIS

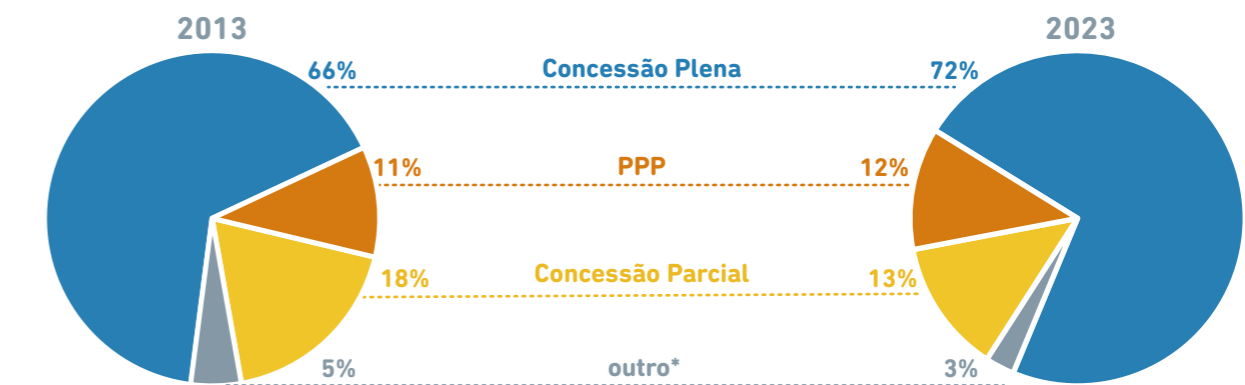


*O SNIS considera que os contratos da empresa Hidroforte localizados nos estados do Pará e de Tocantins seriam considerados uma única operação microrregional. A fim de compatibilizar as informações apresentadas no PANORAMA com os dados oficiais do governo federal, o Quadro de Concessões foi ajustado para abarcar o conceito adotado no SNIS.
** Estimativa 1º semestre de 2023 considerando os leilões realizados até o final de 2022.

Gráfico 3.2.

Evolução dos contratos privados por modalidade (2013-2023)

Fontes: SPRIS e SNIS



*Locação de ativos, subdelegação e subconcessão.



BRK Ambiental Goiás – BRK

Desde que assumiu o contrato de subdelegação com o governo do estado, por meio da Saneago, em 2017, a BRK Ambiental Goiás já investiu cerca de R\$ 1 bilhão em obras de expansão e melhoria do serviço de esgotamento sanitário nos municípios de Aparecida de Goiânia, Trindade, Rio Verde e Jataí.

Com isso, são cerca de 900 mil pessoas beneficiadas com a coleta e o tratamento de esgoto, 4 mil km de rede implantada, sete estações de tratamento de esgoto e 22 estações elevatórias em operação além de 1.500 empregos diretos gerados nos quatro municípios, levando saúde e qualidade de vida à população.

Depois de universalizar o acesso ao esgotamento em Rio Verde e Jataí, a BRK agora tem como objetivo garantir a conclusão das obras de universalização

do serviço em Aparecida de Goiânia e Trindade até dezembro deste ano. Para tanto, a empresa assinou um contrato de financiamento da ordem de R\$ 728 milhões junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco BTG Pactual. Os recursos são oriundos do programa Saneamento Para Todos do Ministério das Cidades.

O contrato celebrado destinará R\$ 556 milhões para financiamento das obras de esgotamento sanitário em Aparecida de Goiânia e mais R\$ 172 milhões para Trindade.

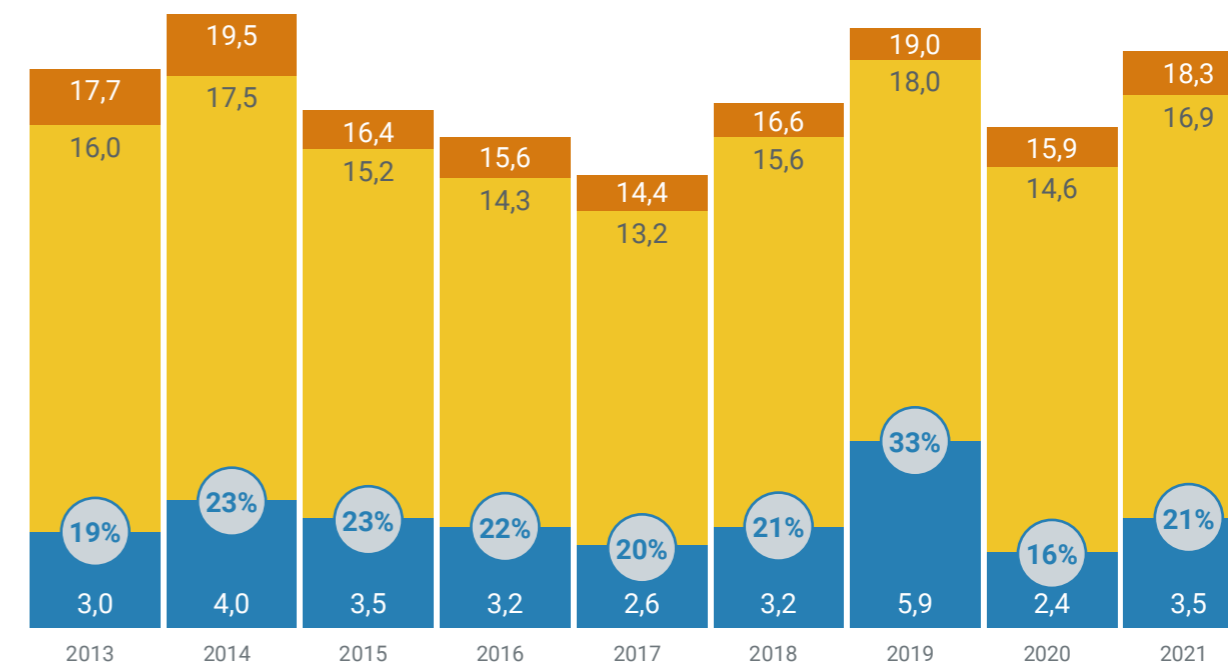
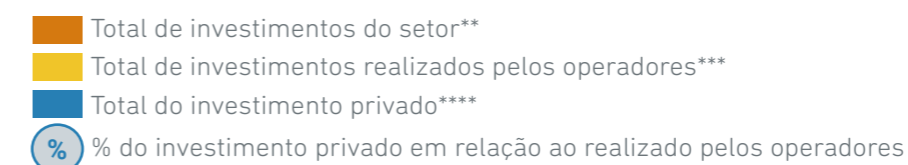
Os recursos possibilitarão o cumprimento da meta pactuada entre a BRK e a Saneago, que prevê que 90% da população urbana atendida com abastecimento de água dos dois municípios seja beneficiada com os serviços de coleta e tratamento de esgoto até o final de 2023.

Capítulo 4 Investimentos: evolução na última década

Gráfico 4.1.

Evolução dos investimentos no setor (total, total operadores e privado) (2013-2021*)

Fontes: SPRIS e SNIS



*Último dado disponível

**Valores atualizados pelo IPCA até dezembro de 2022.

***Fonte: SNIS

****Fonte: SPRIS. Considera Concessões Plenas, Concessões Parciais, PPPs, Subdelegação e Locação de Ativos.

Capítulo 5

Os últimos três anos

Em 2013, o Plansab estimava que seriam necessários, inicialmente, R\$ 15,2 bilhões de investimento por ano durante duas décadas para que o país alcançasse a universalização. Em virtude do baixo nível de investimento verificado nos anos seguintes, a demanda de investimento hoje é cerca de cinco vezes maior, a fim de cumprir a meta até 2033.

Naquele ano, em valores correntes, segundo o SNIS, o investimento efetivo em serviços de água e esgoto foi de apenas R\$ 9,4 bilhões. Ou seja, o Brasil precisaria, já à época, elevar em mais de 60% o investimento no setor.

Em 2015, o relatório 17.507 do TCU já apontava que o investimento em água e esgoto no país precisaria ao menos dobrar para oferecer condições dignas à população.

Em 2019, houve uma importante retomada dos investimentos no setor, principalmente a partir dos recursos dos operadores privados. Foi o segundo ano com maior nível de investimento desde 2007.

Mesmo presentes naquele ano em apenas 7% dos municípios, as operações privadas investiram o equivalente a 33% do total investido pelo setor (R\$ 5,9 bilhões de um total de R\$ 18 bilhões investidos).

Foi um alento em um setor que vivia praticamente paralisado, à espera da definição das novas diretrizes que estavam sendo discutidas no Congresso.

Segundo levantamento do PANORAMA, o investimento realizado pelo setor até ali nos últimos anos tinha sido de apenas 0,21% do PIB, metade do considerado ideal pelo Banco Mundial.

Outro bom desempenho a ser registrado aconteceu em 2021, quando os investimentos privados em saneamento chegaram a R\$ 3,5 bilhões de um total de R\$ 16,9 bilhões, ou 21% do total investido no setor. Esse ano representou o terceiro com o maior volume de investimentos realizados desde 2007.

Como se vê, trata-se de uma participação relevante, absolutamente essencial para complementar as ações das empresas públicas.

Com a maior presença da iniciativa privada, ampliam-se os investimentos necessários para aumentar a cobertura dos serviços e também se evita o retorno à estagnação ocorrida antes da aprovação do marco legal.

Sem os *players* privados, não será possível atingir a meta de se ter, em 2033, praticamente todos os brasileiros com acesso à água potável e esgotamento sanitário – o que representa, em última instância, menos gastos públicos na saúde, mais educação, cidadania e desenvolvimento social.

O período entre julho de 2020 até aqui, correspondente à vigência do marco legal do saneamento, trouxe significativos ganhos em investimentos comprometidos, a partir de avanços da participação da iniciativa privada no setor, diante de um novo cenário, uma vez que a legislação atualizada aponta um caminho estruturado para o setor, ancorado em três grandes pilares:

- (a) melhor regulação;
- (b) mais competição; e
- (c) manutenção da escala na prestação dos serviços.

É também o período afetado pela pandemia da Covid-19, em que o saneamento básico demonstrou sua resiliência, mesmo com o volume de investimentos apresentando ligeira queda em 2020, ano em que começa a crise sanitária e econômica decorrente da paralisação ou redução de várias atividades. Foi também uma época em que todos puderam enxergar com mais nitidez a importância do saneamento para a saúde pública.

LEILÕES

Desde o marco legal do saneamento, foram realizados 28 leilões em 17 estados de todas as regiões. Desse total, 19 foram realizados em municípios com população variando entre 5 e 100 mil pessoas.

Essas licitações representam um aporte de R\$ 98 bilhões nos próximos anos, entre investimentos contratados e outorgas, beneficiando 564 municípios e uma população de 30 milhões de brasileiros.

As operadoras privadas venceram essas concorrências, que também estavam abertas a companhias públicas, e agora passam a atender um amplo universo de usuários, desde 11 milhões de pessoas no estado do Rio de Janeiro até os 5 mil moradores de Eliseu Martins, no Piauí, último leilão registrado pelo PANORAMA, em fevereiro deste ano.

Com o leilão do Amapá, a região Norte, uma das mais carentes em serviços de saneamento, ganhou uma nova perspectiva de investimentos para reduzir o déficit de água e tratamento de esgoto. E também foi mais uma prova de que a articulação entre estado e municípios para realizar as concessões é um modelo bem-sucedido para atrair investimentos e levar o serviço essencial de água e tratamento de esgoto à população.

A amplitude desse universo, com concorrências de norte a sul do país, demonstra que é possível à iniciativa privada atender desde as capitais até os pequenos municípios com saneamento básico de qualidade. Amplia-se a infraestrutura do país e, em consequência, o bem-estar social e a prosperidade.

Tabela 5.1.

Leilões realizados e investimentos contratados (2020-2022)

Fontes: Radar PPP, BNDES e SPRIS

Qtd	Leilão	Data	Investimentos (R\$ bilhões)	População (milhões)	Prazo (anos)	Municípios	Outorga / Lance
1	ALAGOAS (Bloco A)	set-20	2,6	1,5	35	13	2,0
2	Cariacica e Viana/ES	out-20	1,3	0,4	30	1	-
3	MATO GROSSO DO SUL	out-20	3,8	1,7	30	68	-
4	Ipameri/GO	dez-20	0,095	0,027	30	1	-
5	Rio de Janeiro (Blocos 1, 2 e 4)	abr-21	27,0	11,0	35	29	22,7
6	Buriti Alegre/GO	jun-21	0,026	0,010	30	1	-
7	AMAPÁ	set-21	3,0	0,7	35	16	0,9
8	Dois Irmãos do Tocantins/TO	dez-21	0,1	0,007	30	1	-
9	Xique-xique/BA	dez-21	0,7	0,0	30	1	-
10	ALAGOAS (Blocos B e C)	dez-21	2,9	1,3	35	61	1,6
11	RIO DE JANEIRO (Bloco 3)	dez-21	4,7	2,7	35	17	2,2
12	Orlândia/SP	fev-22	0,093	0,044	35	1	0,052
13	São Simão/GO	fev-22	0,049	0,021	35	1	-
14	Crato/CE	fev-22	0,248	0,132	35	1	-

Foram realizados 28 leilões em 17 estados abrangendo todas as regiões do país, com R\$ 98 bilhões de investimentos contratados e outorgas.

Qtd	Leilão	Data	Investimentos (R\$ bilhões)	População (milhões)	Prazo (anos)	Municípios	Outorga / Lance
15	Potim/SP	mar-22	0,046	0,025	35	1	-
16	São Miguel do Guaporé/RO	mar-22	0,047	0,023	30	1	-
17	Rosário Oeste/MT	mar-22	0,041	0,017	30	1	-
18	São Domingos do Araguaia/TO	jun-22	0,029	0,026	30	1	-
19	Pau D'Arco/PA	jul-22	0,023	0,005	30	1	-
20	Anapu/PA	jul-22	0,112	0,003	30	1	-
21	Santa Cruz das Palmeiras/SP	ago-22	0,054	0,034	35	1	-
22	CEARÁ (Blocos 1 e 2)	set-22	6,217	4,238	30	23	-
23	Bom Jesus das Selvas/MA	set-22	0,02	0,034	30	1	-
24	Araricá/RS	set-22	0,03	0,006	35	1	-
25	Brejinho de Nazaré/TO	dez-22	0,01	0,005	30	1	-
26	Pomerode/SC	dez-22	0,2	0,033	35	1	0,06
27	CORSAN/RS	dez-22	11,13	6,000	35	317	4,2
28	Eliseu Martins/PI	fev-23	0,002	0,005	30	1	-
Total			64,6	30,1		564	33,6

EXEMPLOS DE CONCESSÕES QUE FORAM CONTRATADAS OU INICIADAS HÁ MENOS DE TRÊS ANOS

No Rio de Janeiro, famílias relatam que, pela primeira vez, terão a chance de tomar um banho de chuveiro. Com a conta de água que passaram a receber periodicamente em suas casas, elas agora possuem um comprovante para conseguir emprego e crédito. Muitos, aliás, estão sendo contratados pelas próprias concessionárias privadas. Na praia de Botafogo, os primeiros sinais da despoluição da Baía de Guanabara já são visíveis.

Em Alagoas, a população já percebe o diálogo e a abertura para ouvir suas demandas, sob um novo modelo de atendimento ao usuário. E assim como também acontece no Amapá e no Rio de Janeiro, novas oportunidades de emprego surgem, a economia local cresce e toda a cadeia envolvida com o saneamento é beneficiada.

A seguir, mostramos algumas dessas transformações já propiciadas a partir do novo marco legal do saneamento.



Águas do Rio – Aegea

A Águas do Rio teve seu contrato de concessão plena iniciado em novembro de 2021. A concessionária é responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário em 27 municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo 124 bairros da capital, atendendo 10 milhões de pessoas. São cerca de 700 comunidades na área da concessão (525 delas na capital).

A companhia realizará o maior investimento em saneamento básico no país, em torno de R\$ 39 bilhões. R\$ 15,4 bilhões em outorga, para serem aplicados em projetos prioritários dos governos estadual e municipais, e R\$ 24,4 bilhões para a universalização dos serviços de água e esgoto, que será alcançada nos primeiros 12 anos, em alinhamento ao marco regulatório de saneamento.

Desde que iniciou as atividades para universalizar os serviços de água e esgoto em 27 municípios fluminenses, incluindo 124 bairros da capital, a Águas do Rio já alcançou a marca do R\$ 1,4 bilhão investido. O objetivo é recuperar as infraestruturas existentes e inserir as unidades operacionais no moderno Centro de Operações

Integradas, instalado na sede da concessionária, no centro do Rio de Janeiro, para, na sequência, avançar com as obras de saneamento de grande porte.

Um dos destaques da concessionária nos próximos cinco anos é a construção do cinturão de coleta de esgoto nos municípios do entorno da Baía de Guanabara, o que vai evitar o lançamento do esgoto *in natura* e contribuir para a recuperação desse ecossistema, reconhecido como patrimônio da humanidade pela ONU. O investimento será de R\$ 2,7 bilhões. A medida impulsionará a economia, especialmente o turismo, e devolverá aos cariocas e fluminenses o orgulho de ter um dos cartões-postais mais bonitos do país.

O trabalho da empresa está levando saúde e dignidade aos mais vulneráveis nas comunidades do Rio. No primeiro ano, cerca de 5 milhões de pessoas foram beneficiadas com melhorias no abastecimento de água. Dessas, 250 mil passaram a receber água tratada e encanada pela primeira vez em suas casas, garantindo qualidade de vida.



BRK Ambiental Alagoas

Com um investimento de R\$ 2,6 bilhões, a BRK Ambiental Alagoas tem como principais metas a universalização dos serviços de água em 13 cidades da região metropolitana de Maceió até 2027, o atendimento de 90% da população da região com sistema de esgotamento sanitário até 2037 e a redução da perda de água para, no máximo, 25% em 20 anos.

Já nos primeiros seis anos de atuação, a empresa vai investir R\$ 2 bilhões no estado, e a previsão é que 83% da população da região metropolitana tenha acesso à coleta e tratamento de esgoto nos primeiros oito anos de operação.

Espera-se que a empresa invista na construção de 13 novas estações de tratamento de água (ETAs) e reforme outras cinco até 2027, a fim de aumentar a produção de água tratada, atender o crescimento demográfico das cidades e garantir a regularidade do abastecimento para 1,446 milhão de pessoas.

Além disso, serão implantados mais 573 km de rede de distribuição para levar a água tratada até às torneiras.

A construção de ETAs em municípios que não têm estação de tratamento, ou naqueles que não produzem água em quantidade suficiente para atender a população, ou também entre aqueles que possuem uma infraestrutura ainda limitada, proporcionará ganhos consideráveis que refletirão, no longo prazo, em diversos indicadores sociais, principalmente, relacionados à saúde e qualidade de vida da população.

No sistema de esgotamento sanitário, a previsão é construir 15 ETEs, além da reforma de duas, incluindo o Emissário Submarino da BRK, em Maceió. O projeto para a universalização do acesso à coleta e tratamento de esgoto conta ainda com a implantação de mais 1.129 km de redes e beneficiará, no total, mais de 1,2 milhão de pessoas até 2037.



CSA – Grupo Equatorial

Completando em 2023 um ano à frente da concessão dos serviços de água e esgoto na área urbana dos 16 municípios amapaenses, a Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA) consolida um plano robusto de investimentos, atendendo todos os municípios do estado.

Ao assumir a concessão, a empresa, que pertence ao Grupo Equatorial Energia e Sam Ambiental, implementou um plano de recuperação emergencial para execução em 24 meses. Serão 178 intervenções, distribuídas nos 16 municípios, direcionadas à segurança operacional, à qualidade da água distribuída e ao consumo consciente.

As ações mais importantes são a reabilitação e modernização da unidade de captação de água bruta do rio Amazonas e da Estação de Tratamento de Água de Macapá, ambas a serem inauguradas ainda em 2023.

Com mais de 80% do plano já concluído, antes mesmo de completar um ano de operação, a empresa já trabalha nos projetos para universalização dos serviços de água e esgoto no Amapá, cumprindo as diretrizes do novo marco legal do saneamento.

Em suas ações, a CSA traça suas estratégias alinhadas com o desenvolvimento econômico e social do estado, incluindo a valorização da mão de obra local. Dos 459 profissionais, entre próprios e de empresas parceiras, 85% são amapaenses, inseridos após passarem por qualificação. Com esse mesmo entendimento, a concessionária consolida uma frutífera relação com a comunidade, por meio do programa de sustentabilidade E+ Comunidade, da plataforma E+ do Grupo Equatorial Energia.



Iguá Rio

Responsável pelo serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto da região da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá, e pelo ciclo completo do saneamento nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, a Iguá Rio completa um ano de operação com avanços na eficiência e segurança operacional. Nos três primeiros trimestres de 2022, a Iguá investiu mais de R\$ 90 milhões no estado do Rio de Janeiro.

Com 1,2 milhão de pessoas atendidas de forma cada vez mais ágil, digital e moderna, a concessionária já implementou reformas e melhorias no sistema de abastecimento e esgotamento sanitário, além de colocar em prática diversos projetos de responsabilidade social e iniciativas sustentáveis, como o projeto de recuperação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá e a produção de adubo orgânico a partir da transformação do lodo gerado no tratamento do esgoto. Miguel Pereira e Paty do Alferes receberam investimentos que geraram melhorias e tornaram possível

superar os efeitos da estiagem, que historicamente impacta a região e afeta a produção de água tratada.

Entre as principais melhorias já realizadas, a Iguá Rio deu início à reforma de 87 estações elevatórias, que são estruturas responsáveis pelo bombeamento da água e do esgoto. As renovações, que incluem adequações estruturais, instalação de novas bombas, painéis e geradores de energia, têm como objetivo assegurar a eficiência e a segurança operacional para o sistema, conferindo agilidade na gestão dos serviços.

Em 35 anos, a concessionária investirá R\$ 2,1 bilhões no Rio de Janeiro, conforme estabelecido no contrato de concessão. Em seu primeiro ano de operação, a Iguá Rio criou 1 mil vagas de emprego, entre próprios e terceiros. Na capital, mais de 10% dos colaboradores próprios são oriundos do programa de contratações de moradores das comunidades, que gerou cadastro de 2.800 currículos.



Rio+Saneamento – Grupo Águas do Brasil

À frente da operação plena do abastecimento de água em 18 municípios do Rio, incluindo 24 bairros da capital, a Rio+Saneamento já investiu R\$ 108 milhões em melhorias em toda a área de concessão. Entre agosto de 2022 e maio de 2023, a concessionária alcançou a marca de 168 mil serviços comerciais e operacionais prestados à população. O número inclui manutenções preventivas e emergenciais, reparos de vazamentos, instalação de hidrômetros, entre outras ações.

Nesse período, foram incorporados mais de 88 mil novos clientes à empresa, o benefício da tarifa social foi ampliado em 12% e mais de 1 mil empregos diretos foram gerados nas 18 cidades sob concessão, com a contratação de mais de 120

moradores de comunidades. A expectativa é gerar 5 mil empregos diretos e indiretos ao longo dos 35 anos de contrato.

Mais de 728 mil análises laboratoriais foram realizadas para garantir o monitoramento e controle da qualidade da água distribuída, bem como o tratamento do esgoto coletado pela concessionária. As principais obras incluem nova adutora em Rio das Ostras, elevatórias, ampliação da captação, interligação de adutoras, modernização dos sistemas de bombeamento, ampliação de redes de abastecimento, instalação de pontos de monitoramento, como o Centro de Controle Operacional (CCO), implantação de coleta e tratamento de esgoto nos municípios do interior, entre outras.



Verde Alagoas – Aviva Ambiental

Formada pela parceria entre a Aviva Ambiental e a Cymi Brasil, a concessionária Verde Alagoas completa, em 2023, um ano de operação, com números significativos. Em três meses, mais de 57 mil serviços comerciais e operacionais foram realizados; mais de 700 metros de redes novas de água foram implantados no litoral norte de Alagoas; e uma nova rede de água com 700 metros foi implementada no assentamento de Caípe.

Foram mais de 1.400 solicitações de novas ligações de água e 134 novas ligações de esgoto. A pedido dos clientes, 172 hidrômetros foram substituídos, com a religação de 53 ramais e 2 mil cavaletes residenciais.

A operação gerou cerca de 300 vagas de empregos.

PARTE II: 2023

CENÁRIO ATUAL

Capítulo 6

Avanços tímidos

Levantamento mais recente e abrangente sobre o saneamento brasileiro, o SNIS 2021, trouxe dados de uma base que contempla 5.535 municípios para os dados de água e 4.774 municípios para a base de esgoto. Na perspectiva histórica dos últimos dez anos, o avanço no atendimento à população pode ser considerado tímido.

No atendimento total de água, o índice subiu menos de dois pontos percentuais entre 2013-2021, passando de 82,5% para 84,2%. Apenas 40 mil pessoas foram incluídas no sistema de abastecimento de água entre 2019 e 2021. Com o aumento da população, cerca de 36 milhões de pessoas continuam sem o serviço.

O índice de atendimento total de esgotamento sanitário, que estava em 48,6% em 2013, chegou a 55,8% em 2021. Mesmo com a inclusão de 1,1 milhão de pessoas no sistema de esgotamento sanitário entre 2019 e 2021, o déficit de atendimento é enorme. Quase metade da população permanece sem o serviço (96 milhões de pessoas). Além disso, a cobertura existente sofre com enormes desigualdades regionais.

As alterações legais ocorridas no setor, em 2020, contribuíram para melhorar os índices, de histórica precariedade. A média de investimentos no setor entre 2007 e 2019 foi de R\$ 15,3 bilhões; entre 2020 e 2021, essa mesma média sobe para R\$ 16,1 bilhões.

Capítulo 7

Avanços da iniciativa privada no setor

Com distribuição equilibrada, as operadoras privadas de saneamento estão presentes em todas as regiões do país. Com o recente leilão da companhia gaúcha Corsan, o Sul se tornou a região com maior número de municípios atendidos (39%), seguida de Sudeste (17%), Nordeste (16%), Norte e Centro-oeste (14% em cada uma delas).

Considerando todos os municípios atendidos, a operação privada tem melhor desempenho de atendimento do que as companhias estaduais e serviços municipais. O índice de atendimento urbano de água entre elas é de 96,3%, enquanto as companhias estaduais atendem 89,4% e os serviços municipais, 94,7%.

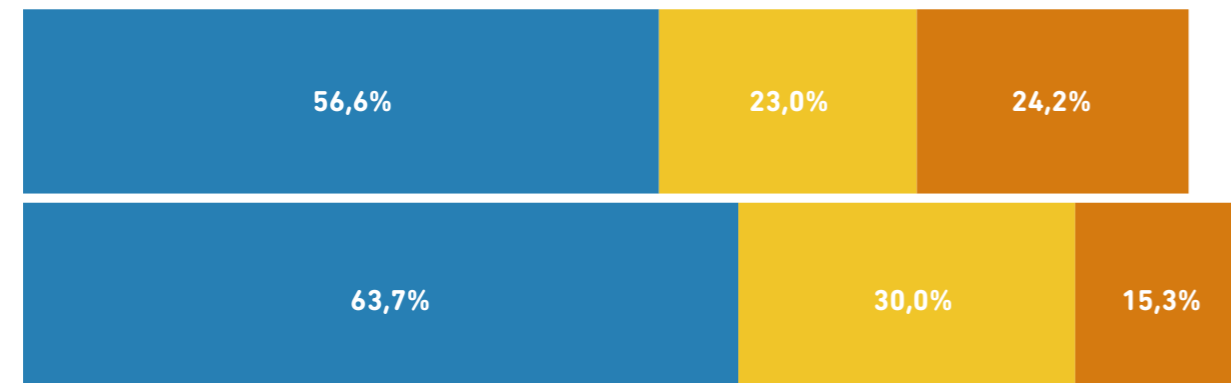
No comparativo do atendimento urbano de esgoto, o índice médio das operadoras privadas chega a 64%, enquanto as companhias estaduais atingem 56% e os serviços municipais, 50,4%.

Gráfico 7.1.

Porcentagem de municípios atendidos por tipo de operador

Fontes: SNIS e Quadro de Concessões

População atendida* (%)



Municípios atendidos* (%)

*A soma será superior a 100% já que em algumas localidades há mais de um tipo de operador.

Mapa 7.1.

Municípios atendidos por tipo de operador

Fonte: SNIS e SPRIS. Considera os leilões realizados até dezembro de 2022.

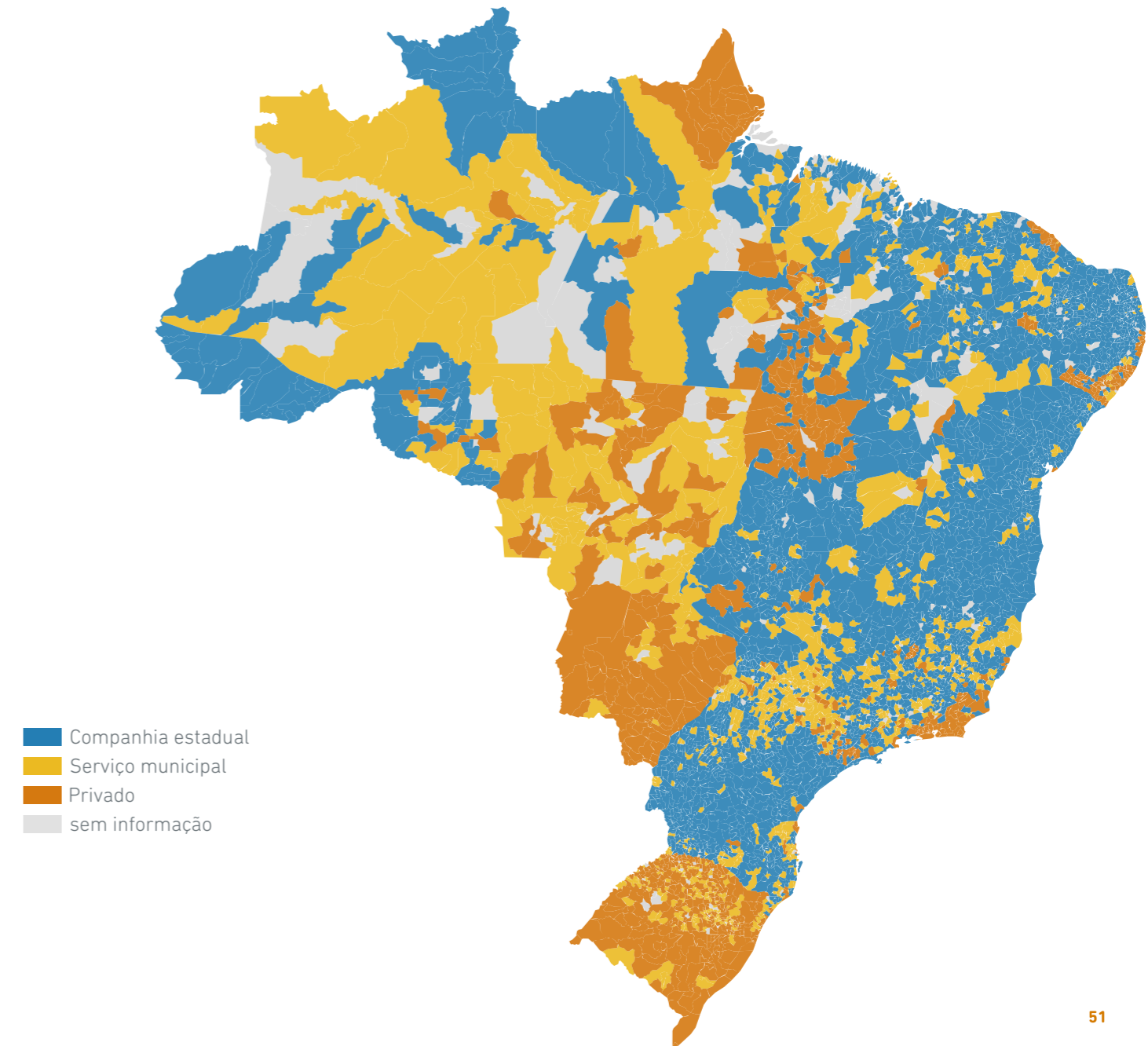


Gráfico 7.2.

Distribuição dos contratos por porte

Fonte: SPRIS. Considera os leilões realizados até dezembro de 2022.

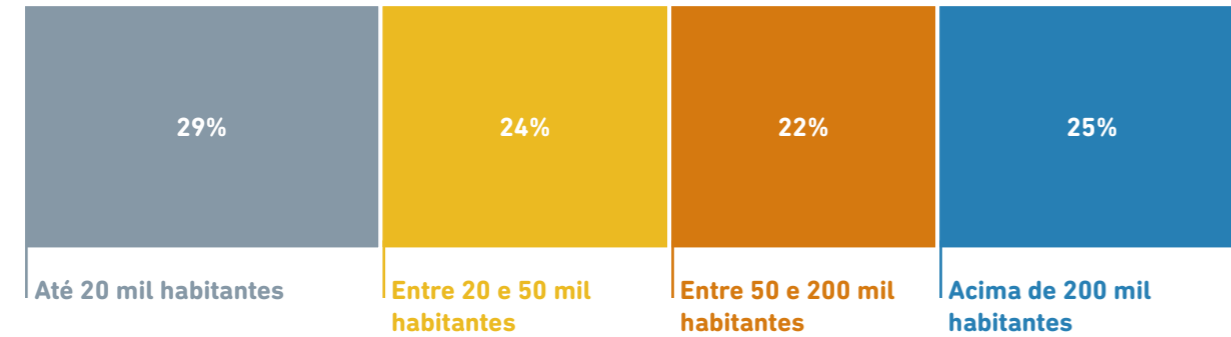


Gráfico 7.3.

Distribuição dos contratos por modalidade (quantidade e investimento realizado)

Fonte: SPRIS. Considera os leilões realizados até dezembro de 2022.

Distribuição dos contratos por modalidade



% do investimento realizado



■ Concessão plena ■ Concessão parcial ■ PPP ■ Outros*

*Considera locação de ativos, subconcessões e subdelegações.

Mapa 7.2.

Quantidade de municípios atendidos em cada região

Fonte: SPRIS. Com base nos leilões realizados até dezembro de 2022.

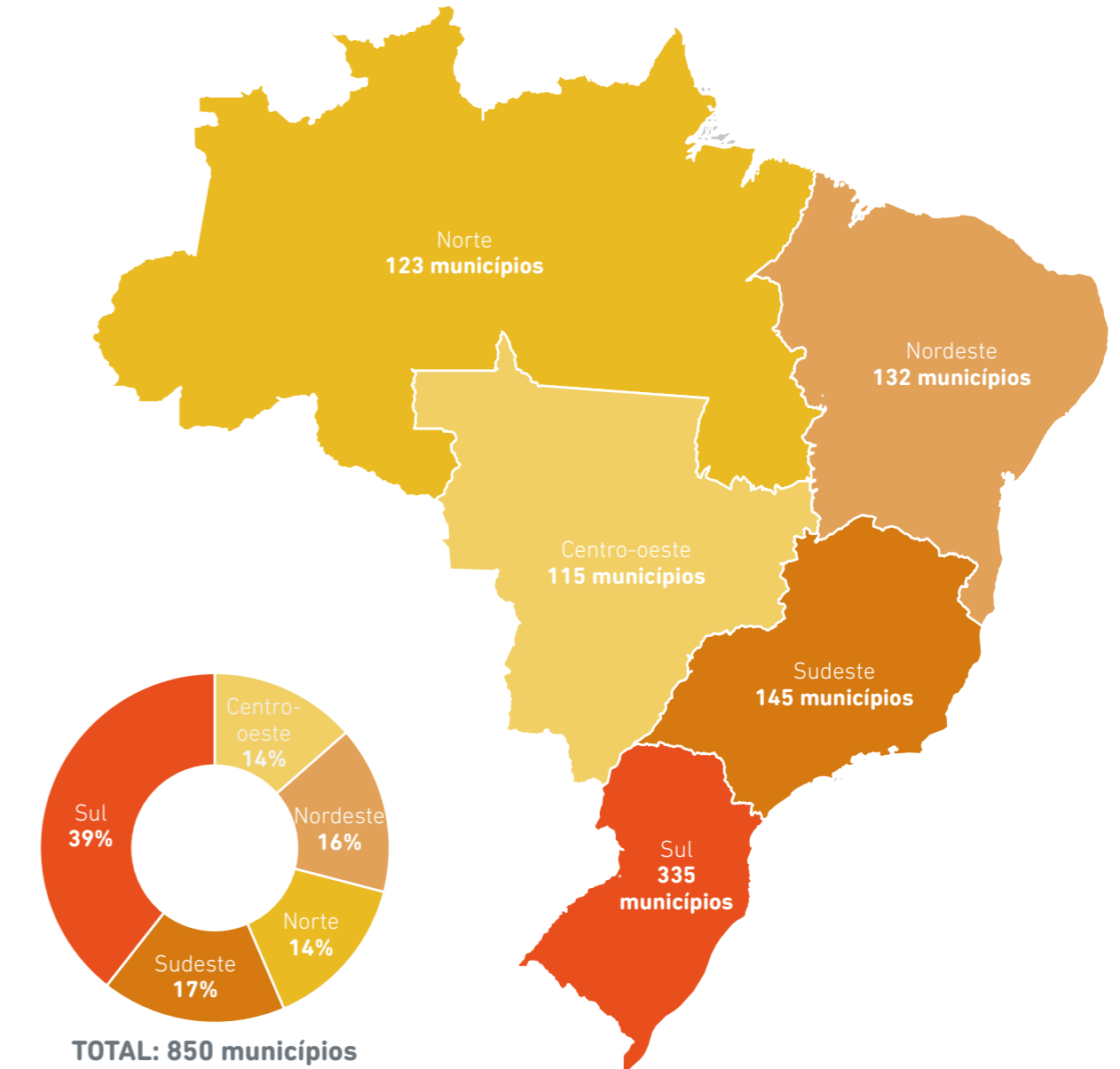
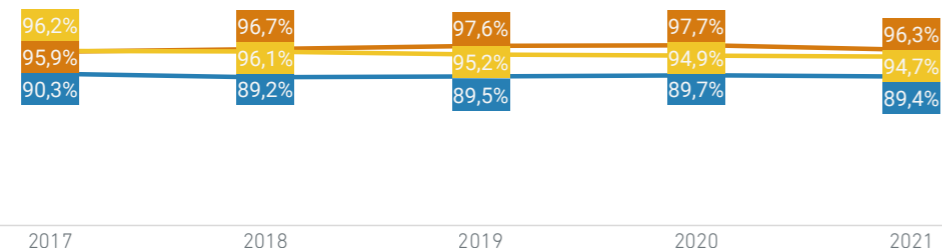


Gráfico 7.4.

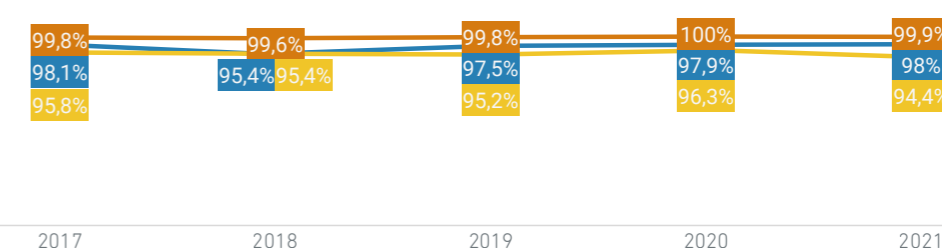
Índice de atendimento urbano de água (% população), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)

Fontes: SNIS e SPRIS 2021

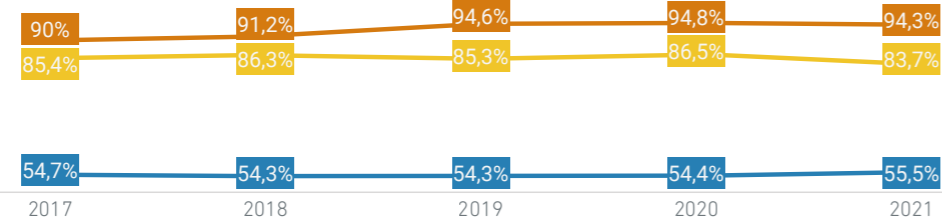
BRASIL



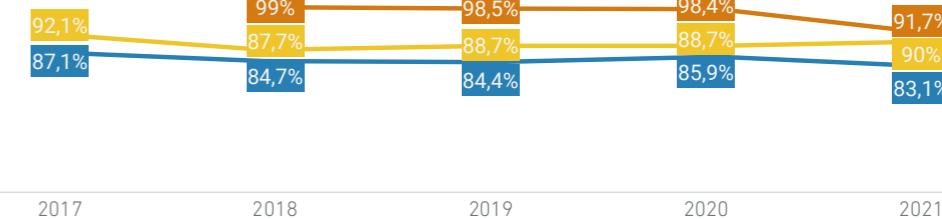
Centro-oeste



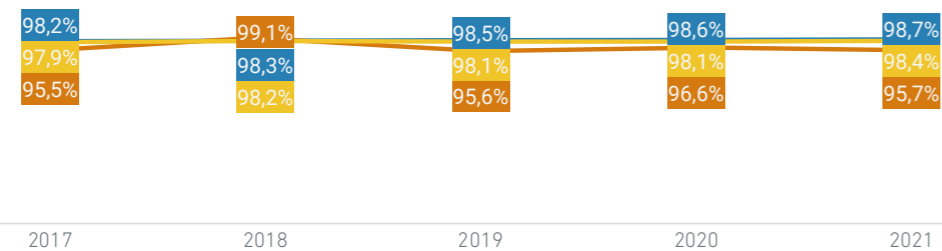
Norte



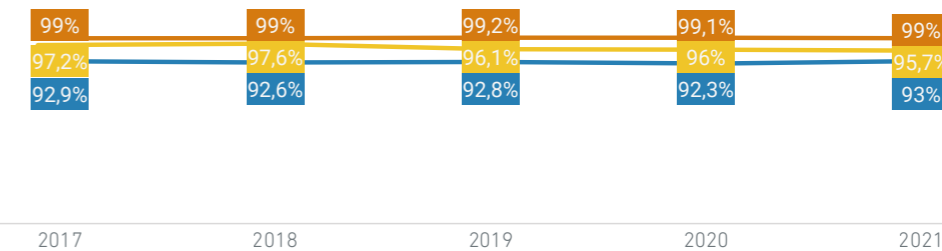
Nordeste



Sul



Sudeste



— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

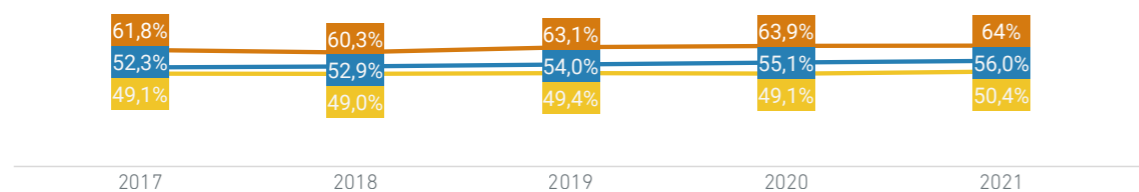
— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

Gráfico 7.5.

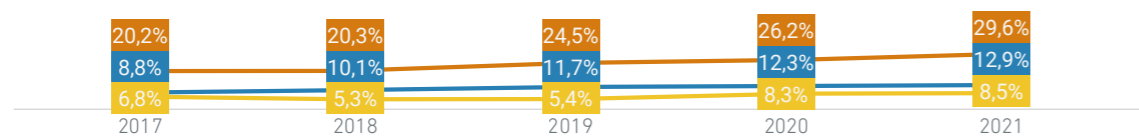
Índice de atendimento urbano de esgoto (% população), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)

Fontes: SNIS e SPRIS 2021

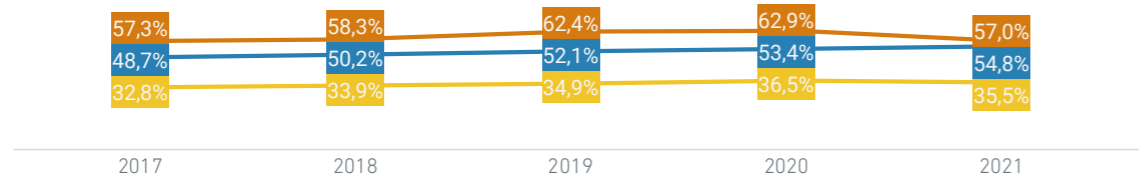
BRASIL



Norte

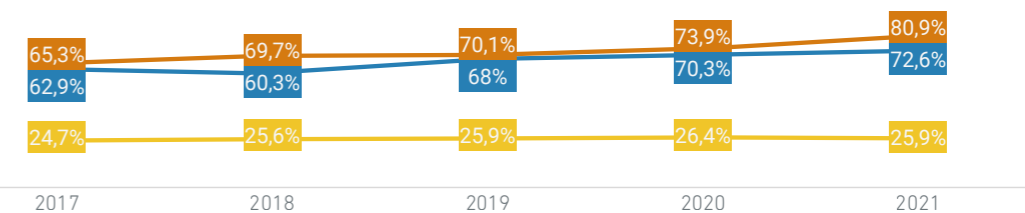


Sul

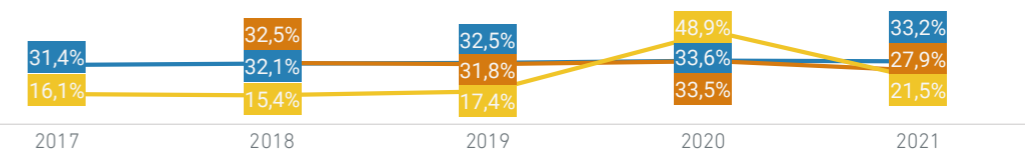


— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

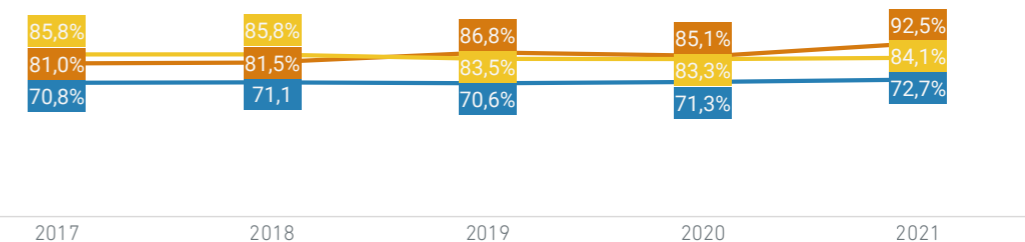
Centro-oeste



Nordeste



Sudeste



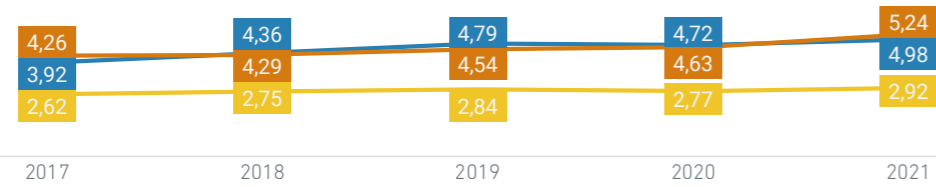
— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

Gráfico 7.6.

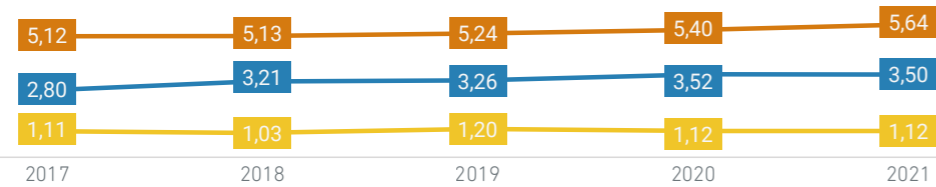
Tarifa média praticada (R\$/m³), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)

Fontes: SNIS e SPRIS 2021

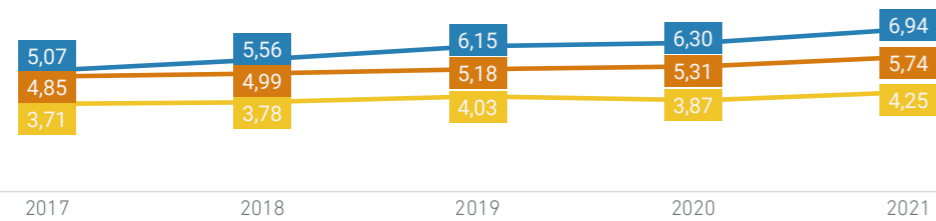
BRASIL



Norte

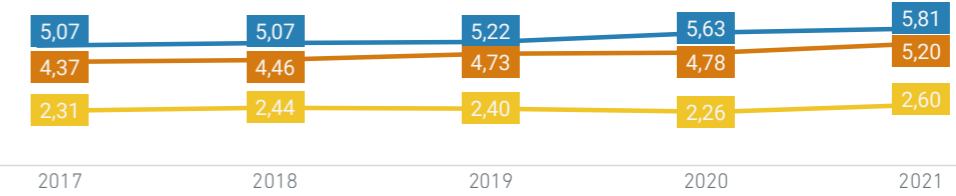


Sul

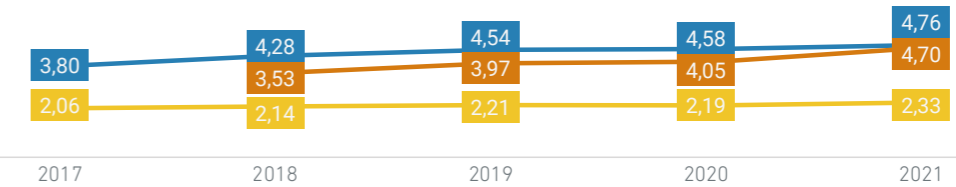


— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

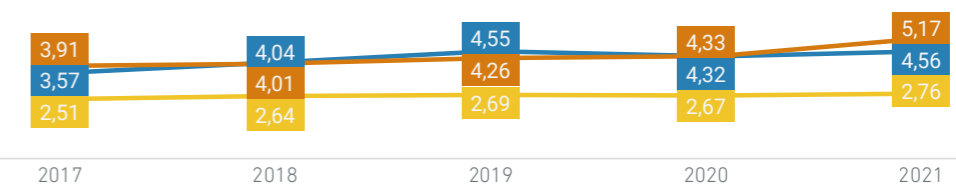
Centro-oeste



Nordeste



Sudeste



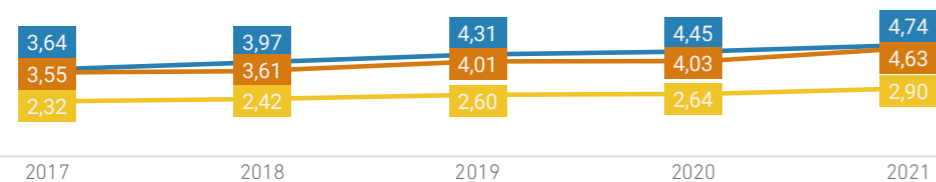
— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

Gráfico 7.7.

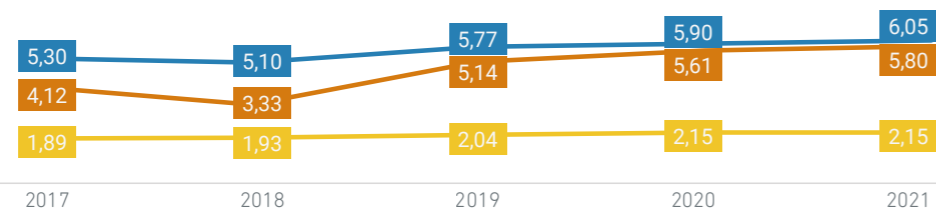
Despesa total com serviços por m³ faturado (R\$/m³), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)

Fontes: SNIS e SPRIS 2021

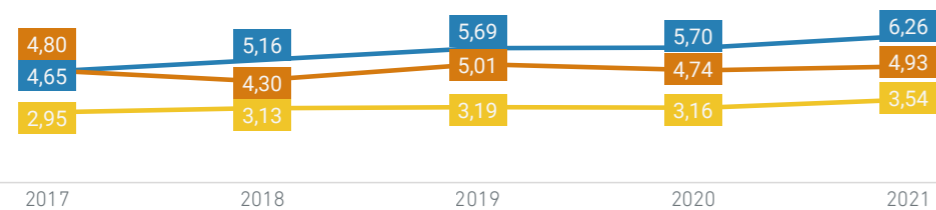
BRASIL



Norte

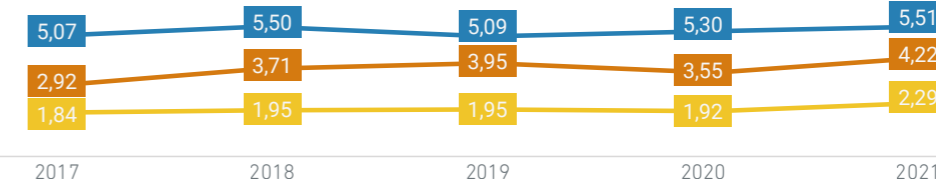


Sul

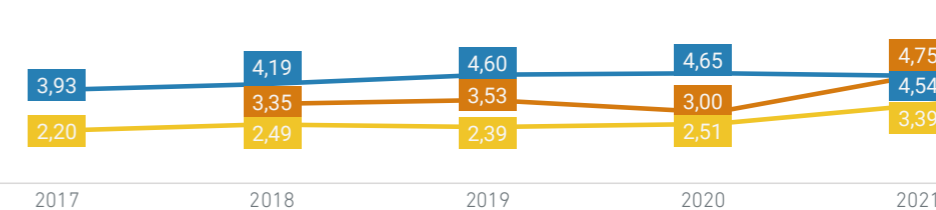


— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

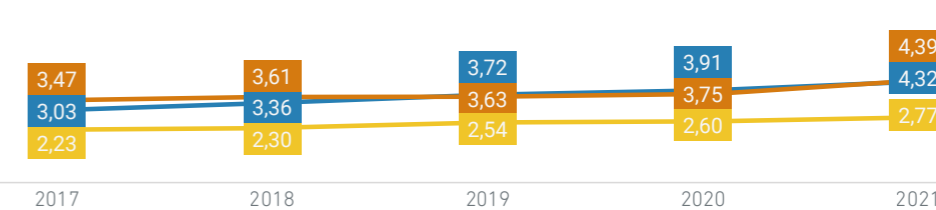
Centro-oeste



Nordeste



Sudeste



— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

Desempenho financeiro

A partir do histórico do desempenho financeiro dos operadores por região e tipo de operador, em cálculo feito com base nos dados agregados do SNIS, é possível verificar o bom desempenho financeiro das operadoras privadas.

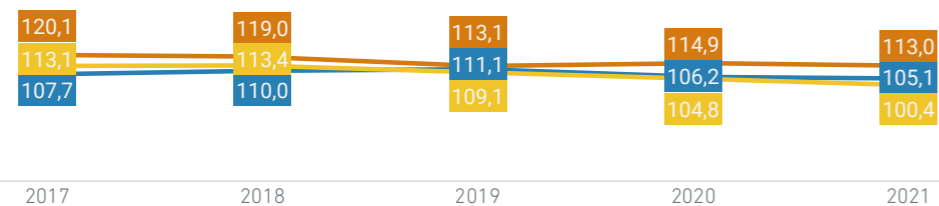
Na média nacional, esse desempenho fica acima do considerado como equilíbrio nas finanças (média 100,0 ou mais) e melhor do que o desempenho de companhias estaduais e serviços municipais.

Gráfico 7.8.

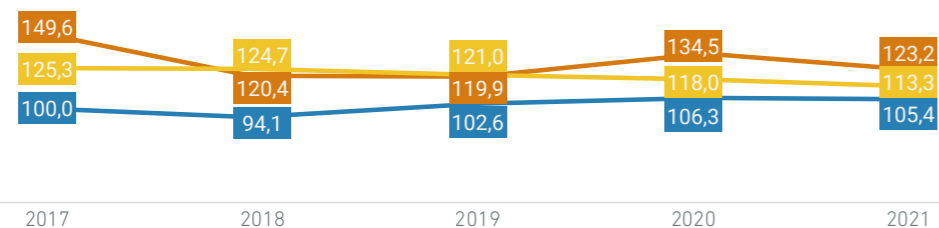
Desempenho financeiro, nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)

Fontes: SNIS e SPRIS 2021

BRASIL

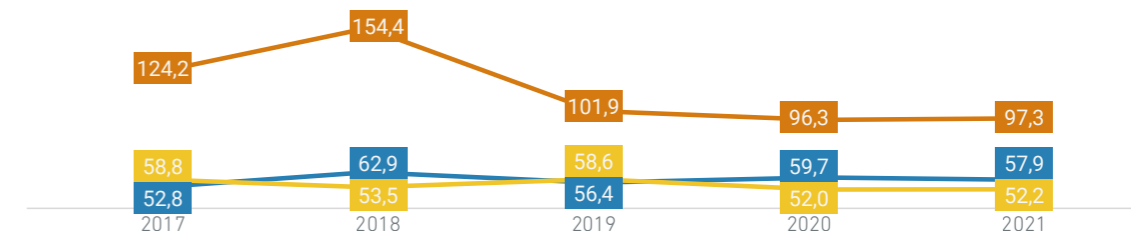


Centro-oeste

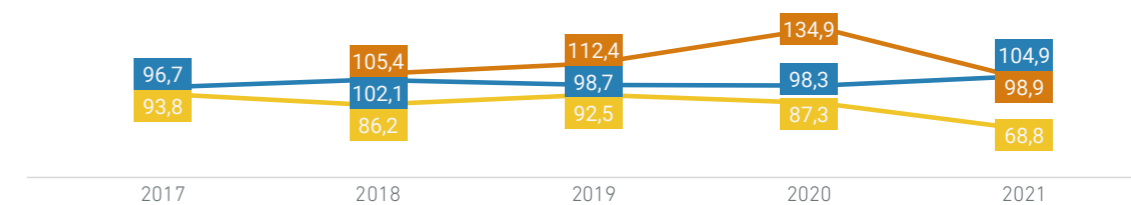


— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

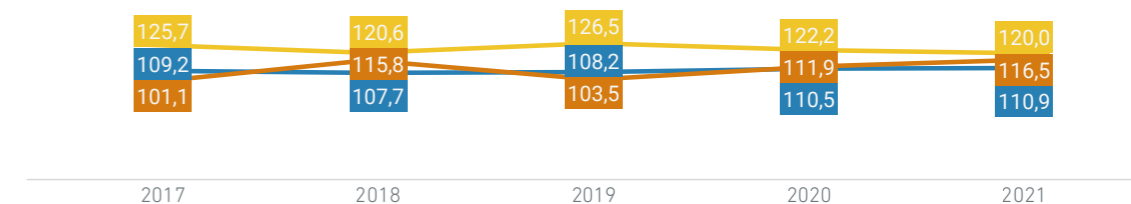
Norte



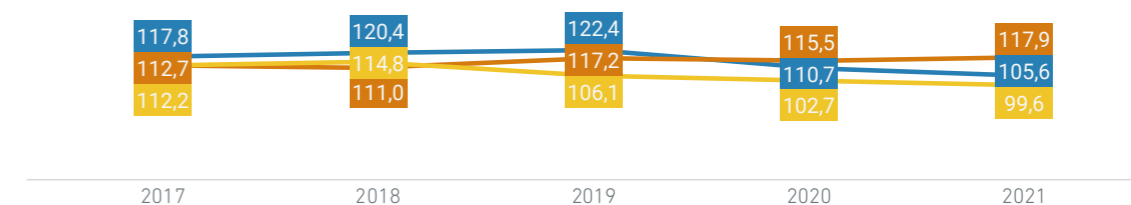
Nordeste



Sul



Sudeste



— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

Investimentos por ligação

Importante também ressaltar o desempenho das operadoras privadas em investimento por ligação de água e esgoto. Na média nacional, esse investimento chega a ser 75% maior entre as empresas privadas em comparação com as

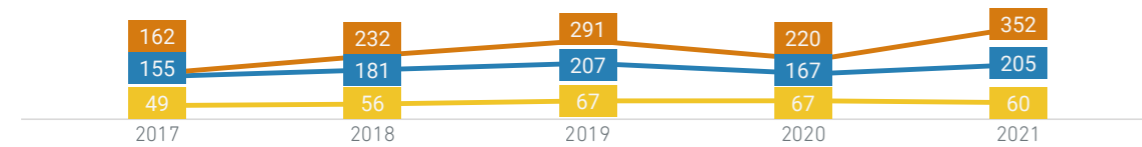
companhias estaduais, e quase seis vezes maior do que o investido pelos serviços municipais. A diferença de investimento para as companhias estaduais é mais significativa ainda nas regiões Norte, Sul e Centro-oeste.

Gráfico 7.9.

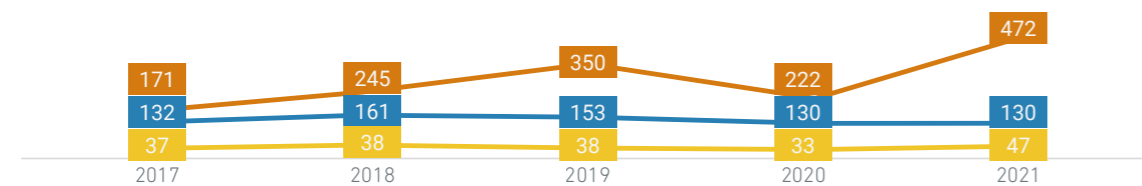
Investimento por ligação (R\$/ligação), nacional e por região, por tipo de operador (2017-2021)

Fontes: SNIS e SPRIS 2021

BRASIL

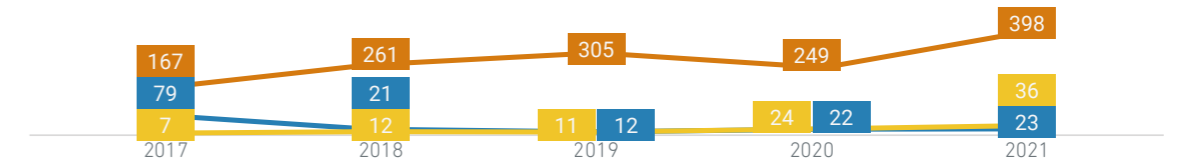


Centro-oeste

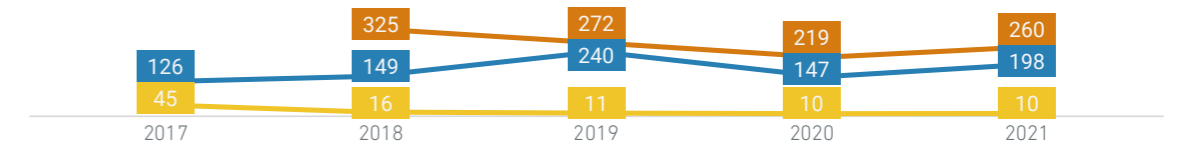


— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

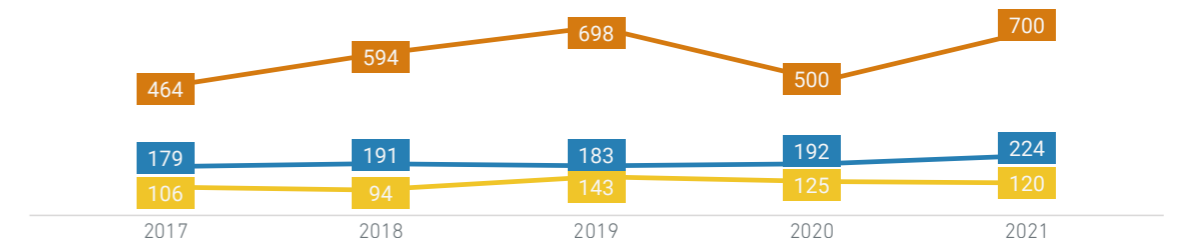
Norte



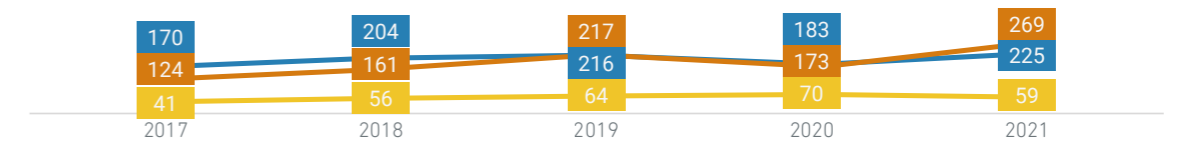
Nordeste



Sul



Sudeste



— Companhias estaduais — Empresas privadas — Serviços municipais

Capítulo 8

Preparados para o futuro

Segundo estudo da ABCON SINDCON, com base em dados do SNIS e KPMG, tirar o saneamento do atraso no Brasil e proporcionar a universalização dos serviços à população vai exigir R\$ 893,3 bilhões de investimento. Desse total, pelo menos R\$ 308,1 bilhões precisam ser investidos nos próximos quatro anos.

Esse enorme desafio impõe uma agenda prioritária e inclusiva, com compromissos que, no entender da iniciativa privada atuante no setor, precisam ser cumpridos no próximo mandato presencial.

O papel da gestão empossada em 2023 é mobilizar a sociedade para a Década do Saneamento, considerando prioridade nacional universalizar os serviços de água e esgoto até 2033. Uma meta que deve ser encarada, inclusive, de forma a reduzir as desigualdades regionais que existem no saneamento.

Ferramentas

O Brasil ganhou, com a atualização do marco legal do saneamento, premissas que já estão fazendo a diferença e atraindo novos investimentos. São princípios que devem ser preservados e aprofundados e que são expostos a seguir:

Regionalização – precisamos consolidar o processo de regionalização nos estados, a fim de definir as unidades regionais (blocos de municípios) que serão referências para a prestação de serviço regionalizada.

Regulação – devemos avançar na uniformização da regulação, a partir de uma atuação mais incisiva da nova ANA, Agência Nacional de Águas, que, desde a atualização da legislação, está encarregada de editar as normas de referência nacionais de regulação para o setor.

A melhor regulação decorrerá da atuação da ANA, editando as diretrizes regulatórias do setor e apoiando os reguladores subnacionais. Se bem estruturada, ágil e efetiva, a ANA aumentará a estabilidade institucional, aspecto fundamental para atrair investimentos e proteger o cidadão consumidor de água.

Competição – fazer valer a exigência da comprovação de capacidade econômico-financeira, mantendo-se na operação dos serviços apenas as empresas que tenham condições de investir para o atingimento das metas de atendimento previstas.

A competição promoverá mais eficiência e maior abertura do mercado aos novos operadores, viabilizando os investimentos necessários e promovendo maior qualidade dos serviços prestados à população.

Saiba mais em
"O início da Década
do Saneamento –
Uma agenda para a
universalização"



Compromissos

1. Assegurar o cumprimento da meta de universalização do saneamento até 2033.
2. Fortalecer as premissas da nova Lei 11.445/07, finalizar sua normatização e impedir ações que revertam os avanços alcançados.
3. Incentivar meios e mecanismos para maior contribuição da iniciativa privada nos esforços de universalização dos serviços de saneamento, como forma de manter fluxos de investimento mesmo em cenário fiscal desfavorável.
4. Fortalecer a ANA por meio de quadro tecnicamente habilitado, treinado e em quantidade suficiente para as novas responsabilidades da agência.
5. Apoiar a estruturação de projetos de parceria pelo BNDES, pelo Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) da CAIXA e por outros estruturadores e entes subnacionais.
6. Coordenar junto aos entes infranacionais a priorização da prestação regionalizada do serviço.
7. Fortalecer o papel complementar dos bancos públicos no financiamento e/ou nas garantias necessários, com incentivo a modelos como *project finance non recourse*.
8. Permitir o uso de incentivos fiscais (Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI) na operação do saneamento.
9. Apoiar projetos legislativos para ampliação dos modelos de emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura.

PARTE III: 2023-2033

FUTURO

Capítulo 9 A década do saneamento

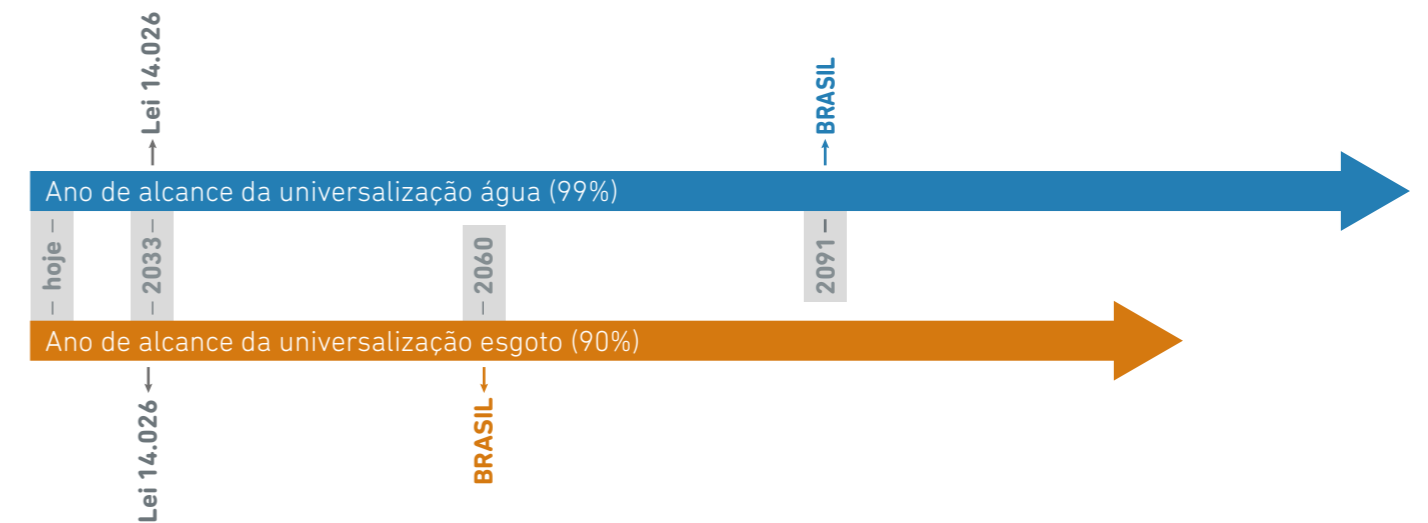
Segundo o estabelecido pela legislação, a universalização aguardada para 2033 será equivalente ao atendimento de 90% da população com serviço de esgotamento sanitário e de 99% com serviço de abastecimento de água. Hoje, na média, os índices de atendimento em água são de 84,2%; em esgotamento sanitário, o índice é de apenas 55,8%, deixando sem os serviços de coleta e tratamento quase metade da população.

A ausência de uma mudança drástica no setor levaria à universalização dos serviços somente após 2090.

Gráfico 9.1.

Projeção da universalização por região sem o aporte de investimentos adicionais

Fonte: SNIS



*Projeção linear considerando a média de expansão verificada no período. No caso de a taxa de evolução do esgoto ser superior ao da água, o nível de atendimento de água passará a ser similar ao de esgoto quando atingirem o mesmo nível de atendimento.

Conforme já mencionado, o investimento previsto para proporcionar essa almejada universalização é de aproximadamente R\$ 900 bilhões. Apenas na expansão dos sistemas de esgotamento sanitário serão necessários R\$ 436 bilhões, mais R\$ 164 bilhões em sistemas de abastecimento de água, e ainda outros R\$ 292 bilhões em recuperação e reposição dos sistemas.

Assim, nos próximos dez anos (2023-2033), o setor de saneamento tem capacidade de ser propulsor da retomada econômica que o Brasil necessita. O impacto aguardado no PIB é de R\$ 1,4 trilhão.

Gráfico 9.2.

Investimentos necessários para a universalização por região

Fonte: Atualização ABCON SINDCON com base em estudo ABCON e KPMG.

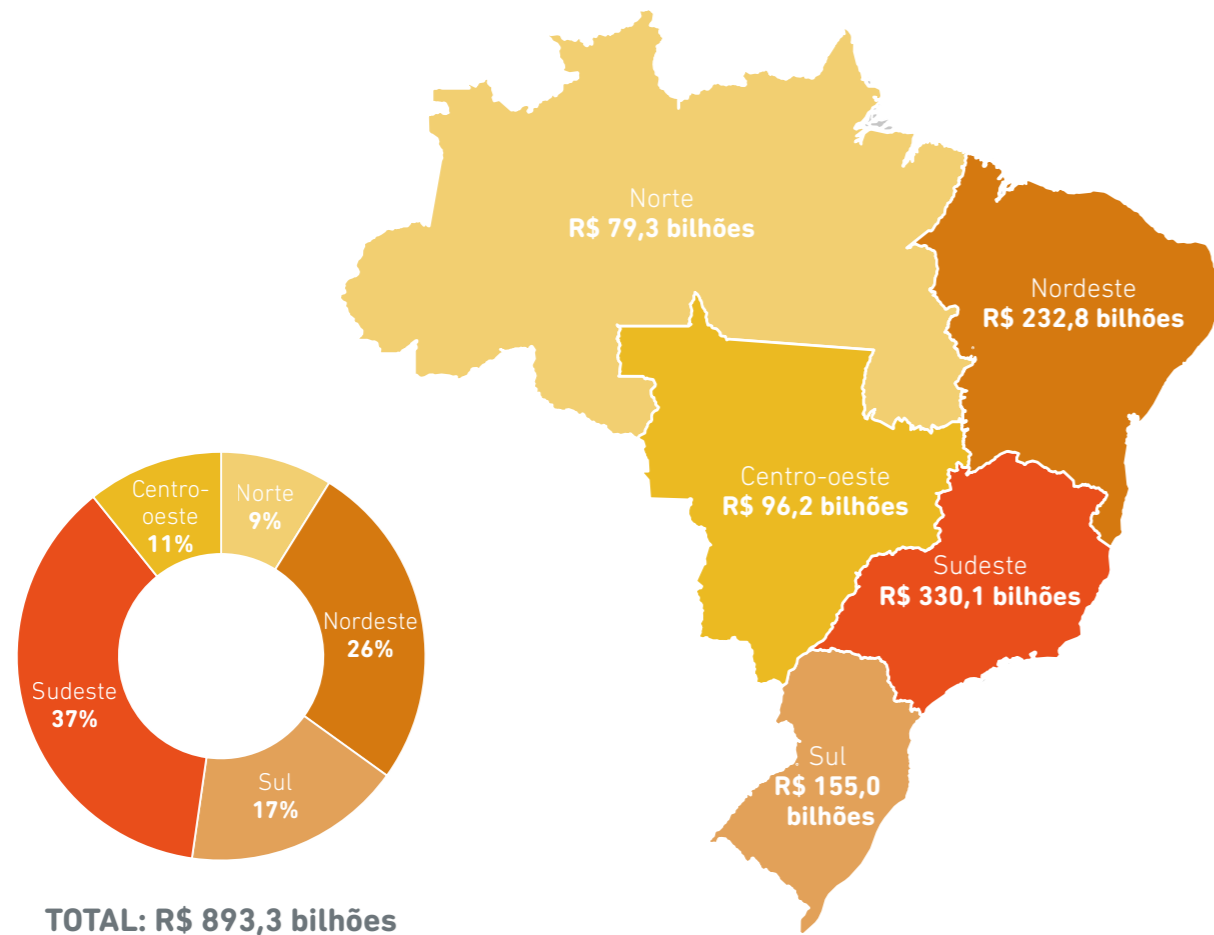


Gráfico 9.3.

Impactos econômicos da universalização – aumento na produção setorial até 2033 (R\$ bilhões)

Fonte: ABCON SINDCON

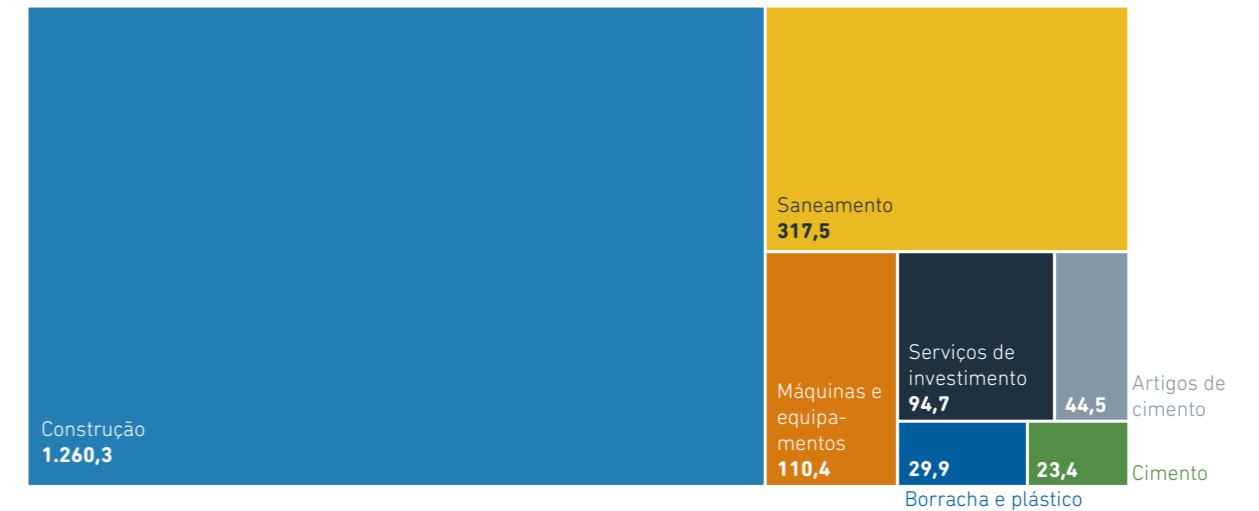
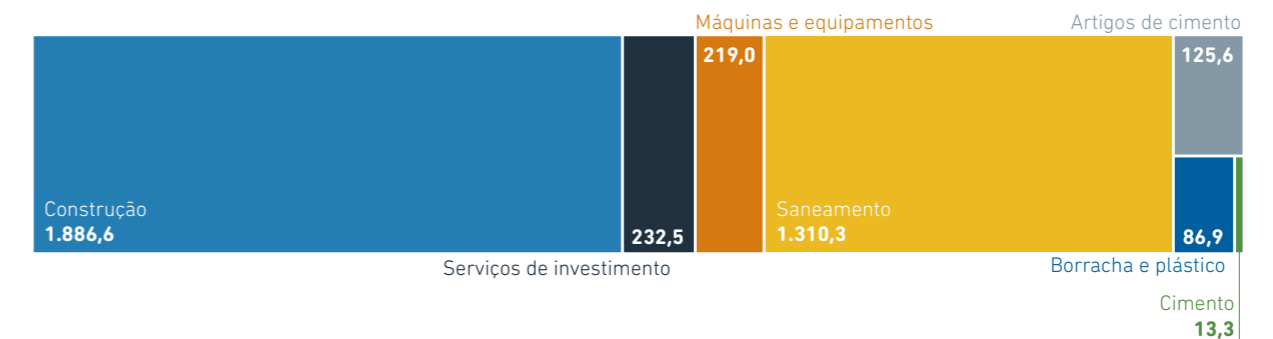


Gráfico 9.4.

Impactos econômicos da universalização – postos de trabalho adicionais (mil)

Fonte: ABCON SINDCON



Saiba mais em
"Impactos econômicos
da universalização do
saneamento básico
no Brasil"



Gráfico 9.6

Impactos econômicos da universalização – aumento nas receitas públicas

Fonte: ABCON SINDCON



A construção civil terá impacto de R\$ R\$ 1,2 trilhão; saneamento (R\$ 317 bilhões), máquinas e equipamentos (R\$ 110 bilhões), serviços de investimento (R\$ 94 bilhões), artigos de cimento (R\$ 44 bilhões), cimento (R\$ 23 bilhões) e borracha e plástico (R\$ 30 bilhões) serão outros setores beneficiados.

O aumento de receitas públicas será dividido entre recursos federais (R\$ 952 bilhões), estaduais (R\$ 179 bilhões) e municipais (R\$ 260 bilhões).

Cerca de 1,5 milhão de novos postos de trabalho serão gerados (muitos deles já foram abertos com os leilões pós-marco legal). O total de postos de trabalho no setor de saneamento poderá chegar a mais de 800 mil quando a universalização for alcançada.

Além do impacto econômico, há enormes benefícios difusos, começando pela saúde pública, com

a redução das internações por doenças relacionadas ao saneamento inadequado, a melhoria de índices educacionais nas regiões beneficiadas, o aumento da arrecadação por valorização imobiliária, a ampliação do turismo e a redução da poluição, entre outros.

Diante desses números, o saneamento brasileiro pode ser considerado o maior programa ambiental em curso no mundo; é ainda o programa que, em sua essência, mais proporcionará a redução da desigualdade social no Brasil nos próximos anos.

Capítulo 10 Uma nova fronteira de investimento

O nível dos investimentos totais no setor esteve praticamente estagnado ao longo da última década, muito em função do baixo dinamismo do investimento público. Os investimentos privados, por sua vez, cresceram de forma considerável a partir de 2018, tanto em termos absolutos como em participação no investimento total (exceção de 2020, diante do complexo e incerto cenário da pandemia de Covid-19).

A superação do desafio de expandir investimentos a fim de garantir a universalização deve ser considerada uma prioridade nacional, contando com o engajamento de toda a sociedade.

As projeções indicam que a demanda por esses investimentos alcançam cifras muito significativas conforme exposto anteriormente.

O nível de alavancagem médio observado no setor, entre 2017 e 2021, com base nos dados do SNIS, foi de 26,6%. Assim, considerando os investimentos necessários para a universalização de cerca de R\$ 893 bilhões e, a partir de uma simples linearização – possivelmente subestimada dado que haveria uma clara limitação do uso de recursos não onerosos e de recursos próprios frente ao prazo e volume de investimentos necessários –, podemos estimar que, nos próximos anos, pelo menos R\$ 237 bilhões precisarão ser captados no mercado.

Tendo em vista a necessidade de se estabelecer uma agenda de inclusão que só será possível ser cumprida com a expansão de investimentos, a ABCON SINDCON entende que os princípios estabelecidos pela legislação para a comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas sejam mantidos, e se avance na consolidação do processo de regionalização como forma de garantir a universalização do acesso ao saneamento para todos os municípios, independente do porte e da capacidade econômico-financeira da população.

Em linha com os princípios da legislação, a ABCON SINDCON trouxe no documento *Saneamento básico: análises e sugestões para 2023-2026* algumas propostas, como: incrementar a eficiência operacional do setor por meio da competição; introduzir a obrigação contratual de atender toda a população, independente de sua condição socioeconômica; e promover o incentivo ao subsídio cruzado tarifário entre as categorias de usuário como forma de viabilizar o aumento da faixa de população atendida por tarifa social, sem impactar a capacidade de investimento.

Um desafio a superar que ainda persiste é a complexidade dos processos de financiamento e exigências de garantias corporativas, que ainda prevalecem em detrimento do instrumento de *project finance* e outros modelos, como as debêntures incentivadas.

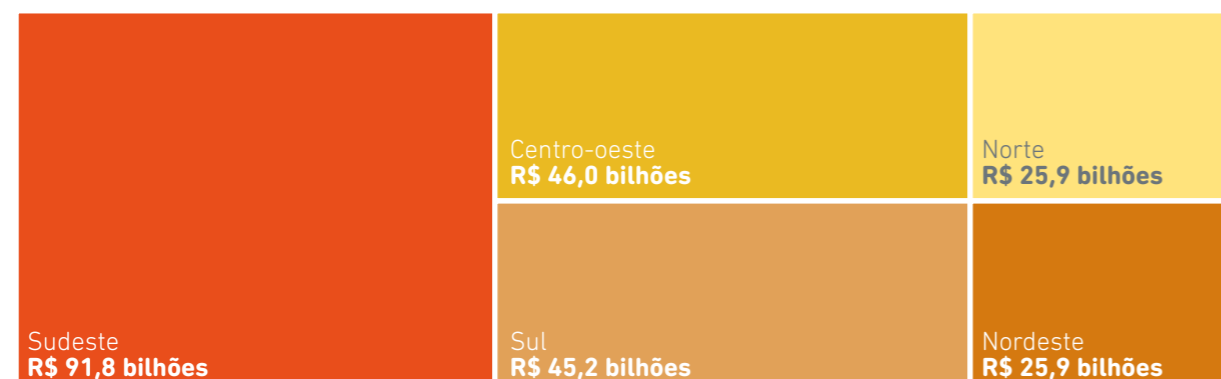
Saiba mais em
 "Saneamento básico:
 análises e sugestões
 para 2023-2026"



Gráfico 10.1.

Estimativa de financiamento necessário por região

Fonte: Elaboração ABCON SINDCON com base no histórico de alavancagem do SNIS e investimentos necessários para a universalização.



TOTAL: R\$ 237,5 bilhões

Nesse sentido, propõem-se medidas para reduzir a incerteza inerente ao investimento em ativos ilíquidos (elemento intrínseco do investimento privado em setores de infraestrutura) e que partem da premissa do efeito *crowding in*:

* Aumento do volume de crédito destinado ao setor de saneamento básico pelos principais bancos de fomento brasileiros (BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste);

* Elevação do volume de crédito concedido nos moldes de um *project finance non recourse* pelos bancos de fomento e desenvolvimento;
 * Política de crédito com prazos adequados para projetos de saneamento básico;
 * Modernização e adequação das normas dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento aplicáveis aos projetos de saneamento, em especial nos processos de enquadramento, investimentos qualificáveis e financiáveis e,

principalmente nos processos de comprovação e desembolso.

- * Retomada da concessão de crédito pela Caixa Econômica Federal, de forma a recuperar o protagonismo do Programa Saneamento Para Todos;
- * Revisão e adequação do Manual de Fomento do Programa Saneamento Para Todos, de modo a simplificar os processos de enquadramento, habilitação dos projetos, acelerar a comprovação dos investimentos e também atrair agentes financeiros privados.
- * Criação de um fundo federal de garantia cambial para dívidas em dólar de concessionárias e companhias estaduais;
- * Criação de um fundo federal de garantia para PPPs de entes subnacionais;
- * Simplificação do enquadramento das debêntures incentivadas pelo Ministério das Cidades e revogação da Portaria 3.397/22, do então Ministério do Desenvolvimento Regional, de modo a permitir o financiamento integral do pagamento das outorgas;
- * Aprovação das debêntures de infraestrutura, Projeto de Lei 2.646/2020, em tramitação no Senado Federal;
- * Manutenção do BNDES e da Caixa Econômica Federal (via FEP) como estruturadores de projetos de concessão e PPP no setor.

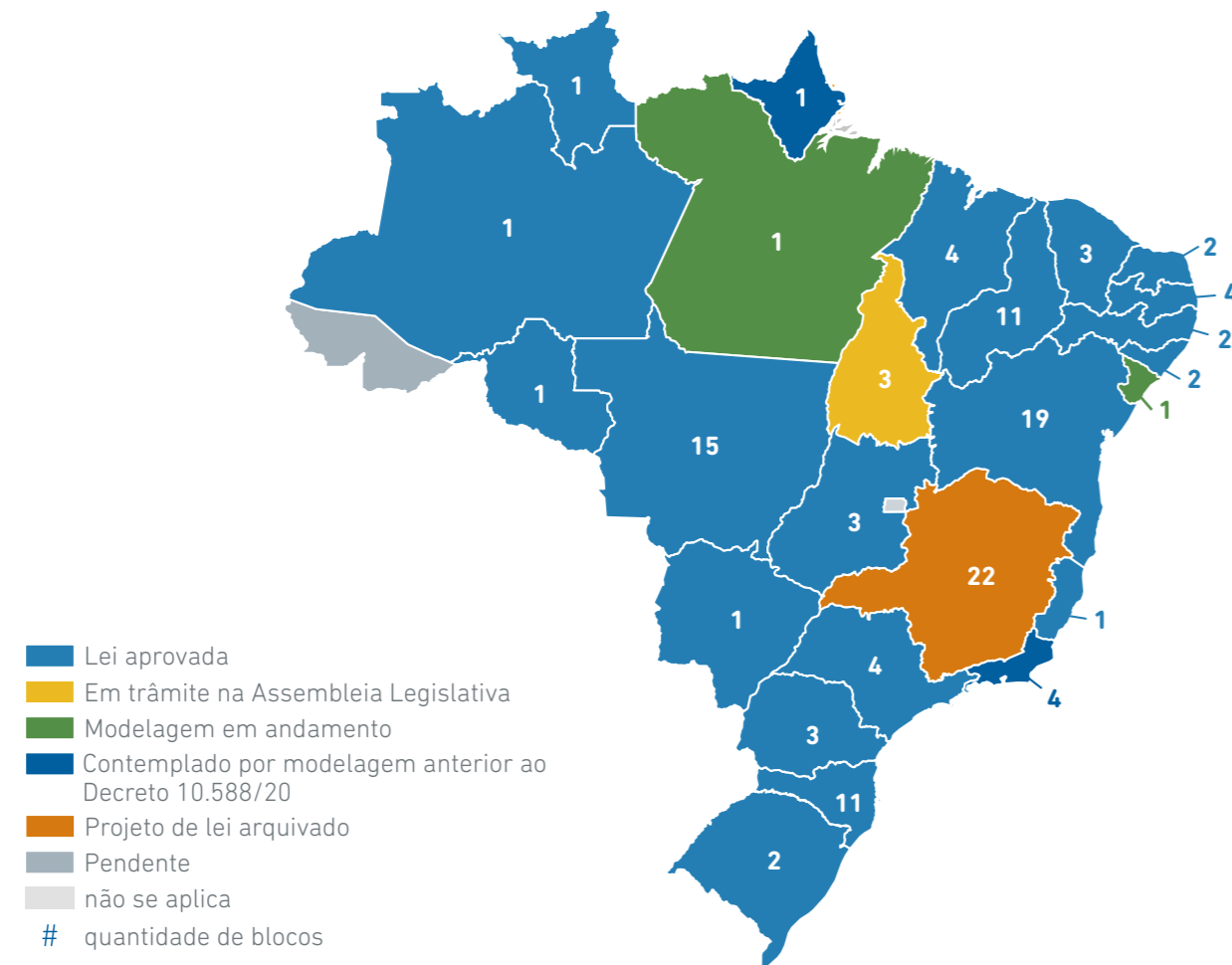
Capítulo 11

Por que a regionalização é tão importante?

Mapa 11.1.

Status da regionalização

Fonte: Panorama da Participação Privada no Saneamento



Uma das premissas do marco legal do saneamento, a regionalização é uma forma de garantir a universalização do acesso ao saneamento para todos os municípios, independente do porte e da capacidade econômico-financeira da população.

A formação de blocos de municípios é prevista na legislação e abre caminho para o setor usufruir, de forma efetiva e organizada, dos benefícios do ganho de escala, viabilizando a prática do subsídio cruzado. Assim, é possível garantir a oferta de saneamento básico também nas localidades de menor potencial econômico ou condições geográficas e de disponibilidade hídrica desfavoráveis para a rentabilidade do serviço.

É necessário criar incentivos para fazer avançar o processo de regionalização nos estados com leis já aprovadas e concluir os processos de aprovação nos demais estados, bem como reconhecer outros modelos de regionalização dos serviços. Importante um olhar especial da política pública para viabilizar a adesão dos municípios não inclusos em blocos regionais.

De maneira geral, o processo de regionalização avançou na maioria dos estados. Apenas três deles – Acre, Minas Gerais e Tocantins – ainda não aprovaram ou iniciaram o processo para definir e aprovar os blocos regionais.

O processo de regionalização é um aspecto-chave da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e diz respeito à formação de blocos de municípios para a prestação regionalizada dos serviços. Como se sabe, o

setor de saneamento apresenta fortes ganhos de escala, e a agregação de municípios em regiões pode potencializar de forma relevante tais ganhos.

Além disso, como a viabilidade econômico-financeira deve ser avaliada para a região, é possível integrar municípios com maior (cobertura pré-existente elevada ou região metropolitana que potencializa os ganhos de escala) e menor viabilidade (menor cobertura e município isolado) e, com isso, garantir a universalização para a totalidade dos municípios de uma mesma região.

Nesse campo, é essencial que os processos em trâmite nas assembleias legislativas estaduais sigam para a aprovação e que os estados com leis já aprovadas concretizem a formação dos blocos para a prestação dos serviços. Ademais, é preciso regularizar a situação dos estados com *status* pendente de regionalização.

Há o desafio adicional de lidar com municípios não inclusos em blocos regionais e que não apresentem viabilidade econômico-financeira ou técnica de forma isolada.

A universalização dos serviços de saneamento nesses municípios demandará esforços da União para garantir a viabilidade econômico-financeira, seja por meio de alternativas ao processo de regionalização, seja a partir de investimentos públicos iniciais para posterior licitação.

Por fim, é preciso avançar no sentido de reconhecer as diversas modalidades de prestação regionalizada já cabíveis segundo o ordenamento jurídico brasileiro.

Capítulo 12

O futuro já começou**CONCESSÕES COM A
UNIVERSALIZAÇÃO
CONTRATUALIZADA ATÉ 2033**

Segundo dados reunidos pelo PANORAMA a partir de informações do Radar PPP e do BNDES, há três dezenas de projetos que pelo menos já abriram consulta pública e estão em processo de licitação para conceder serviços de água e esgoto no país.

Ainda segundo o BNDES, quatro dos maiores projetos – as concessões dos estados de Paraíba, Sergipe e Rondônia, além da cidade de Porto Alegre – estão previstos para 2024.

Nas próximas páginas, são apresentados alguns cases de municípios que já possuem investimentos contratados por meio de concessão privada e estão caminhando a passos largos para a universalização dos serviços de água e esgoto.



Águas Cuiabá – Grupo Iguá

Capital mato-grossense, Cuiabá atingiu o maior investimento em saneamento básico de sua história com a operação privada. A destinação dos recursos, iniciada em 2017 pela concessionária Águas Cuiabá, faz parte do programa de expansão e melhoria que tem reposicionado o município no cenário nacional. Todos os bairros contam hoje com água tratada e 100% fluoretada, além da cobertura de esgoto chegar ao expressivo patamar de 80%.

Esse alto volume financeiro faz com que Cuiabá permaneça no topo do ranking brasileiro, sendo a capital que registra o maior investimento nestas áreas por habitante, conforme ranking do Instituto Trata Brasil (2023). Há um empenho incessante da concessionária em cumprir as metas estabelecidas no contrato e entregar qualidade à população.

Um dos grandes diferenciais do saneamento cuiabano é a priorização dos serviços de esgotamento sanitário. Em seis anos, a cidade ganhou novos 442 km de redes coletoras, instaladas em 102 bairros. As grandes estações de tratamento já existentes, Dom Aquino e Tijucal, foram reconstruídas e modernizadas, passando a utilizar tecnologia de ponta. Ao sistema de tratamento também foi incorporada uma nova estação, a ETE Lipa, construída em sistema compacto, que requer menos espaço.

Para 2023, a previsão é instalar mais 44 km de tubulações coletoras, em 29 bairros. O saneamento básico continuará sendo prioridade em Cuiabá.



Águas de Jahu – Grupo Águas do Brasil

Águas de Jahu iniciou suas atividades em abril de 2015 e é uma das empresas do Grupo Águas do Brasil que já alcançaram a universalização dos serviços de saneamento básico. Em apenas seis anos, a concessionária atingiu a dupla marca de 100% de distribuição de água tratada e coleta, afastamento e tratamento de esgoto.

No período de concessão, serão investidos R\$ 165 milhões na melhoria dos sistemas de água – incluindo a redução de perdas – e esgoto. Águas de Jahu distribui cerca de 40 milhões de litros de água por dia. As Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) Potunduva, Pouso Alegre, Vila Ribeiro e Sanej – também do Grupo Águas do Brasil – tratam aproximadamente 24 milhões de litros por dia, o equivalente a 271 litros por segundo.



Águas de Timon – Grupo Aegea

No Maranhão, bem na fronteira com Teresina, capital do Piauí, Timon é uma cidade de 171 mil habitantes, cuja universalização dos serviços de água foi realizada logo no primeiro ano de atuação da concessionária privada, em 2016. Antes da chegada da Águas de Timon, a cidade não contava com abastecimento regular de água. Do início da concessão, em 2015, até 2023, foram investidos em torno de R\$ 180 milhões.

O serviço também evoluiu significativamente na coleta e tratamento de esgoto. Por dia, 3,8 milhões de litros de esgoto deixam de poluir o meio ambiente, devido à capacidade da nova Estação

de Tratamento de Esgoto (ETE Flores), que pode tratar 45 litros de dejetos por segundo.

A infraestrutura atual de esgotamento sanitário no município conta ainda com 264 km de redes e cinco estações elevatórias, além de duas outras estações de tratamento: a ETE Lourival Almeida e ETE Miguel Arraes.

Até 2045, serão investidos aproximadamente R\$ 162 milhões. Atualmente, a cobertura de coleta e tratamento de esgoto está em 40% e a universalização, está prevista para ocorrer até 2026.



Águas de Estiva Gerbi – Grupo Terracom

Localizado no interior de São Paulo, o município de Estiva Gerbi está prestes a fazer parte de um seleto grupo de cidades brasileiras que irá alcançar a universalização do saneamento básico. Esse marco é o resultado direto dos esforços da concessionária Águas de Estiva Gerbi.

Um grande avanço é a recente aquisição de uma moderna e eficiente Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), preparada para atender 100% da população no perímetro urbano. Juntamente com a implementação de mais de 5 km de coletor tronco, essas iniciativas garantirão que o esgoto, historicamente descartado sem tratamento no córrego dos Ipês, agora seja tratado, transformando este córrego em uma referência para a região.

A disponibilidade de água também tem sido uma preocupação para a cidade. A Estação de Tratamento de Água (ETA), construída na década de 1980, foi projetada para atender cerca de 3 mil pessoas, enquanto hoje a cidade ultrapassa mais

de 12 mil habitantes. Para resolver isso, a concessionária implementou uma nova estação ao lado da ETA existente. Com a nova capacidade de tratamento, a concessionária agora poderá atender à demanda local e, simultaneamente, abrir caminhos para o desenvolvimento futuro.

Contudo, aumentar a capacidade de tratamento de água não é suficiente se cerca de 47% da água era desperdiçada. Para combater essa questão, a Águas de Estiva Gerbi conseguiu reduzir este índice para 32%, intensificando os seus esforços na redução dos vazamentos, substituindo diversos pontos da rede, renovando totalmente o parque de hidrômetros e reforçando as campanhas de conscientização sobre a economia de água.

Estiva Gerbi, uma cidade que cresce acima da média nacional, merece e terá um serviço de água e esgoto à altura das suas necessidades, um passo significativo para o futuro próspero que seus habitantes há tanto tempo desejam.

Tabela 12.1.

Projetos em estruturação

Fonte: Radar PPP e HUB de Projetos do BNDES

UF	Região	Projeto	Investimento estimado (R\$)	População
Goiás	Centro-oeste	Goianésia – Água e esgoto	121.274.766	70.084
Goiás	Centro-oeste	Jaraguá – Água e esgoto	82.888.461	50.511
Goiás	Centro-oeste	Montividiu – Água e esgoto	55.874.555	13.396
Mato Grosso	Centro-oeste	Acorizal – Água e esgoto	10.000.000	5.399
Mato Grosso	Centro-oeste	Brasnorte – Água e esgoto	A definir	19.695
Mato Grosso	Centro-oeste	Campo Novo do Parecis – Água e esgoto	586.644.885	35.360
Alagoas	Nordeste	Alagoas (Bloco D) – Água e esgoto (Previsão BNDES)	A definir	660.000
Maranhão	Nordeste	São Mateus do Maranhão – Água e esgoto	A definir	41.529
Paraíba	Nordeste	Paraíba – Água e esgoto (Previsão BNDES 2024)	6.000.000.000	2.292.000
Piauí	Nordeste	Floriano – Água e esgoto	102.229.534	59.935
Sergipe	Nordeste	Sergipe – Água e esgoto (Previsão BNDES 2024)	6.000.000*	2.300.000
Rondônia	Norte	Cerejeiras – Água e esgoto	47.650.000	16.323
Rondônia	Norte	Espigão D'Oeste – Água e esgoto	122.900.000	32.374
Rondônia	Norte	Porto Velho – Água e esgoto	2.300.000.000	529.544
Rondônia	Norte	Presidente Médici – Água e esgoto	66.135.000	18.986
Rondônia	Norte	Rondônia – Água e esgoto (Previsão BNDES 2024)	A definir	1.500.000

UF	Região	Projeto	Investimento estimado (R\$)	População
Rondônia	Norte	São Francisco do Guaporé – Água e esgoto	49.950.000	20.266
Tocantins	Norte	Miranorte – Água e esgoto	34.460.697	13.434
Espírito Santo	Sudeste	Sooretama – Água e esgoto	83.000.000	30.070
Minas Gerais	Sudeste	Alpinópolis – Água e esgoto	37.600.932	19.853
Minas Gerais	Sudeste	Andradas – Água e esgoto	124.424.225	41.077
Minas Gerais	Sudeste	Bom Despacho – Água e esgoto	205.368.779	50.605
Minas Gerais	Sudeste	Governador Valadares – Água e esgoto	1.165.521.163	279.885
Minas Gerais	Sudeste	Santa Maria de Itabira – Água e esgoto	A definir	10.847
Rio de Janeiro	Sudeste	Angra dos Reis – Água e esgoto	1.034.650.000	203.785
São Paulo	Sudeste	Birigui – Captação de água	34.260.038	123.638
São Paulo	Sudeste	Ourinhos – Esgoto	A definir	113.542
São Paulo	Sudeste	Pirangi – Água e esgoto	15.380.000	11.417
Paraná	Sul	Paraná – Esgoto	1.206.596.236	641.000
Rio Grande do Sul	Sul	Porto Alegre – Água e esgoto (Previsão BNDES 2024)	4.000.000*	1.500.000
Santa Catarina	Sul	Palhoça – Água e esgoto	904.679.362	171.797
TOTAL GERAL			24.391.488.633	10.876.352

*Estimativa ABCON SINDCON.

ESG

Atrelada diretamente ao conceito ESG (em inglês, *environmental, social and governance*, ou ambiental, social e governança), prática que se torna cada vez mais consolidada no país, a questão socioambiental está presente como prioridade entre as concessionárias privadas de saneamento.

O próprio setor, por definição, é uma atividade com reflexos diretos na sustentabilidade, responsabilidade social, inclusão e promoção da saúde.

De acordo com o Pacto Global, maior organização de sustentabilidade corporativa do mundo, o ESG pode ser considerado como a maneira com que o mercado financeiro encara a sustentabilidade. Nesse quesito, os grupos privados que atuam no saneamento apresentam indicadores de grande visibilidade.

Segundo dados do SPRIS (Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento), a gestão ambiental é um dos eixos ESG mais consolidados entre as operadoras privadas.

O levantamento revela que 93% delas possuem um registro que identifica, analisa, avalia, trata, comunica ou monitora os riscos ambientais em áreas sob influência das operações. O mesmo índice é válido para as empresas que já publicam relatório anual de responsabilidade socioambiental e/ou de sustentabilidade.

O mesmo percentual (93%) é verificado para empresas que possuem programa, política ou procedimentos específicos para preservação de direitos humanos.

Índice ainda maior (94%) é registrado para empresas que adotam procedimentos para medir ou minimizar as emissões de gases de efeito estufa.

Programas internos de eficiência energética envolvem 91% das operadoras; as que realizam ações ou iniciativas de educação ambiental somam 89%. A grande maioria (86%) investe em alguma ação e/ou projetos de engajamento com comunidades locais no ano de referência da pesquisa.

Com relação a programas, políticas ou procedimentos específicos para identificar riscos sociais, a adesão é de 75%.

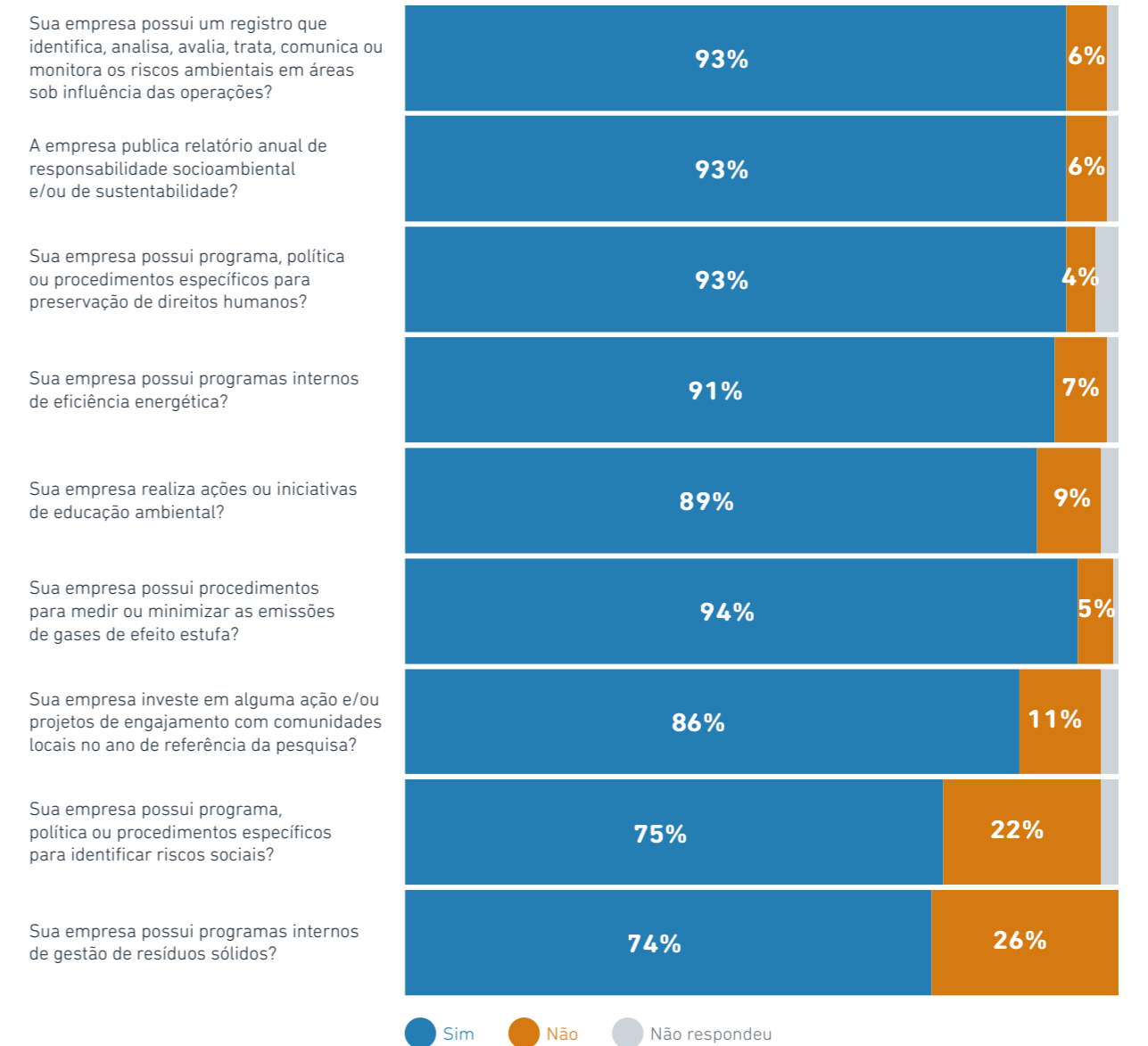
Programas internos de gestão de resíduos sólidos são adotados por 74% das operadoras.

Veja a partir da página 90 alguns exemplos de boas práticas ESG entre as concessionárias privadas de saneamento.

Gráfico 12.1.

Resultado pesquisa socioambiental

Fonte: SPRIS





Águas de Juturnaíba, destaque em preservação ao meio ambiente

A preocupação com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG) está na essência da atividade das operadoras privadas. No Grupo Águas do Brasil, um bom exemplo é a concessionária Águas de Juturnaíba, que atende as cidades de Araruama, Saquarema e Silva Jardim. Ali, a sustentabilidade se reflete em ações que, ao longo do tempo, vêm promovendo maior aproximação com as comunidades, qualidade de vida, desenvolvimento local, dignidade, inclusão e oportunidades.

A concessionária promove desde a conservação do meio ambiente, a partir do reflorestamento da bacia hidrográfica do rio São João – onde está localizado o Reservatório Juturnaíba (Projeto Ybirá) –, até a capacitação e geração de renda para mulheres de pescadores, por meio do Projeto Lagunarte.

Outra iniciativa em destaque é a de empreendedorismo sustentável, que destina fibras naturais

provenientes do sistema Wetland para o desenvolvimento de artesanatos produzidos e comercializados pelas comunidades locais.

A poda das plantas da Wetland também é destinada à produção de um bio sólido orgânico tipo 1A, em complemento ao lodo residual de estações de tratamento da concessionária, usado nos projetos de reflorestamento e no paisagismo das instalações da concessionária. Outra parte do lodo é utilizada na produção de tijolos e pisos intertravados, usados na pavimentação das estações e na recomposição do sistema de esgotamento sanitário.

Outro programa corporativo do Grupo Águas do Brasil, do qual a concessionária participa, é o Trata Óleo, que possui como objetivo conscientizar e incentivar a população a descartar corretamente o óleo de cozinha usado, minimizando impactos ambientais e colaborando com uma educação ambiental ampla e efetiva.



CSJ, referência em monitoramento de esgoto industrial

A Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ) criou um setor dedicado a monitorar o esgoto proveniente das indústrias ligadas à rede municipal, tendo por objetivo assegurar o bom funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto.

O objetivo deste trabalho é medir parâmetros de interesse, como a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), valor que compõe o custo do tratamento, na saída das indústrias, avaliando a aderência dos descartes à legislação que garante a proteção da rede e a tratabilidade na Estação de Tratamento de Esgoto de Jundiaí. As amostragens e análises têm sua qualidade assegurada pela acreditação ISO IEC 17025.

Jundiaí conta com um distrito industrial robusto e diverso, com grandes consumidores de água e geradores de efluentes. Mensalmente, a categoria industrial produz mais de 380 mil metros cúbicos de esgoto e cerca de 600 toneladas de DBO.

A programação das amostragens nos diferentes clientes industriais não é divulgada com antecedência, o que confere caráter fiscalizatório à atividade.

Os resultados, além de compor o valor da tarifa a ser paga pela empresa, integram uma base de dados bem-desenvolvida que caracteriza o esgoto municipal e permite à CSJ agir de forma rápida em situações emergenciais de descartes que possam afetar a qualidade do tratamento.

Situações de identificação de parâmetros não conformes são comunicadas à DAE Jundiaí e à Cetesb, de forma que possam atuar junto aos geradores na busca do enquadramento dos seus descartes. Essa iniciativa, aliada aos controles de entrada da ETE Jundiaí, garantem que as expectativas do tratamento sejam atendidas com excelência.



ESAP, menor índice de perdas do Brasil

A ESAP, empresa responsável pelos serviços de saneamento da cidade de Palestina (SP), pertencente a Aviva Ambiental e ao Grupo Igua Saneamento, registrou um dos menores índices de perda de água do Brasil, onde o volume de desperdício chega a 40%.

Palestina se destaca na excelência da gestão, despontando com média de apenas 11% de perdas nos últimos 12 meses e superando grandes municípios, como Santos (14%) e Curitiba (25,34%). Esse número também é muito abaixo dos dados de países da América Latina como Uruguai (51%), Peru (40%), Argentina (39%) e Chile (31%).

Os dados foram divulgados pelo Instituto Trata Brasil pelo estudo *Perdas de água potável (2022, ano base 2020): desafios para disponibilidade hídrica e avanço do saneamento básico no Brasil*,

realizado em parceria com o institucional da Asfamas (Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento) e da Water Org, com elaboração da consultoria GO Associados.

Esse índice foi atingido em virtude de uma série de ações realizadas, que asseguram a eficiência na gestão dos recursos hídricos. Além do acompanhamento diário de perdas de água nos sistemas de distribuição com pesquisas de vazamentos e por meio da mínima noturna, foi utilizada haste de escuta mecânica nos cavaletes residenciais da cidade e foi realizado sistema de geofonamento que permite identificar o local exato do vazamento, agilizando a manutenção no menor prazo possível. Foram feitas também campanhas de conscientização e combate a fraudes bem como a setorização dos sistemas de água do município.



GS Inima Samar avança com estratégia dedicada à sustentabilidade

A GS Inima Samar, concessionária da GS Inima Brasil, responsável pelo abastecimento de água e esgoto de aproximadamente 200 mil habitantes na cidade de Araçatuba, apresentou diversos avanços alinhados à estratégia de sustentabilidade do grupo, chamada Hidrosfera.

No compromisso com a excelência operacional e foco na dimensão “E” (Environmental) do ESG, a concessionária fez avanços significativos nos temas da transição energética, redução de emissões, redução de resíduos e segurança hídrica.

Neste ano, inaugurou a Usina Fotovoltaica Ipanema, considerada a maior usina fotovoltaica de solo construída em área urbana da região. Localizada ao lado da ETA Tietê, a usina é composta por 922 painéis solares e tem capacidade para gerar mais de 71 mil kWh, sendo suficiente

para abastecer seis unidades consumidoras da empresa em diferentes pontos da cidade. A iniciativa demonstra o compromisso com a transição para uma matriz elétrica 100% renovável e contribui para a redução das emissões de carbono. A concessionária passará a ter cerca de 41% da sua energia de origem renovável, somando a autogeração e a certificação de compra do mercado livre incentivado.

Outra iniciativa importante adotada pela GS Inima Samar é a implantação do primeiro secador solar de lodo da América Latina, em resposta à importância da gestão sustentável dos seus resíduos, à baixa vida útil dos aterros sanitários da região e à perspectiva de aumento de demanda de tratamento. Construído em uma área de 7 mil m², o secador solar de lodo do esgoto doméstico atingiu sua performance total em 2021.



Plano de Resposta à Estiagem da Iguá Rio

Concessionária de saneamento nas cidades de Miguel Pereira e Paty do Alferes, a Iguá Rio completa um ano de operação e colhe os resultados do seu Plano de Resposta à Estiagem, programado desde o início de sua atividade para mitigar os efeitos da escassez hídrica que historicamente impacta a região todos os anos.

A concessionária concluiu os esforços, que duraram seis meses e envolveram investimentos de cerca de R\$ 6 milhões em diversas ações, incluindo a instalação de uma Estação de Tratamento de Água (ETA) Móvel anexa a ETA Frágoso, em Miguel Pereira, medida que contribuiu com o aumento na produção de água nos dois municípios entre os meses de julho e novembro. Agora, repetindo o planejamento bem-sucedido de 2022, a concessionária dá início à preparação para o período de estiagem de 2023.

Por meio de diversas ações, como a melhoria das instalações e a campanha de comunicação de consumo consciente da população, além do apoio do governo estadual e das prefeituras dos dois municípios, a concessionária conseguiu, no ano passado, aumentar a produção de água e a disponibilidade para a população, inclusive nos meses em que a vazão da água nos pontos de captação se manteve baixa em razão da estiagem histórica.

Somente no sistema Paty do Alferes a disponibilidade de água superou em 50% a demanda local. Chegar ao fim do período de estiagem mantendo o abastecimento de água de maneira regular nas duas cidades representa uma grande mudança no atendimento à população, que já pode testemunhar o compromisso da concessionária com a entrega.

Programa Vem com a Gente da Aegéa, compromisso com o acesso ao saneamento

Ir além das metas contratuais e gerar um impacto positivo para a sociedade é um dos compromissos da operação privada no saneamento. No Grupo Aegéa, merecem destaque várias iniciativas nesse sentido.

Atualmente, entre as concessionárias do grupo, são mais de 1,7 milhão de pessoas na tarifa social, instrumento financeiro que permite que o valor da conta caiba na renda das famílias vulneráveis, trazendo-as para a base de clientes.

Para as famílias, a inclusão é símbolo de dignidade e acesso ao saneamento de qualidade, assim como redução de doenças e outras consequências negativas da falta de saneamento. Para a companhia, a inclusão leva ao aumento da base de clientes, redução da inadimplência e das perdas de água, o que se traduz em menos custos operacionais.

Esse olhar é evidenciado por iniciativas como o Programa Vem Com a Gente, que viabiliza o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário nas comunidades. Duas capitais, Manaus e Rio de Janeiro, estão entre as cidades onde a população é beneficiada pelo programa.

Na primeira, a "tarifa manauara" contempla atualmente mais de 550 mil pessoas, o equivalente a 20% da população total do município, que tem acesso a um desconto de 50% na conta de água e esgoto.

No Rio, o programa tem o objetivo de viabilizar o acesso à água potável e ao saneamento básico em regiões de concentração de população vulnerável na cidade. Os agentes do programa vão de casa em casa mapeando e realizando diversos serviços, entre eles a regularização de cadastros e inclusão de moradores na tarifa social. Hoje, na Águas do Rio, 371 mil famílias possuem esse benefício.

Compliance

Empresas privadas que atuam no saneamento adotam políticas de compliance, a fim de preservar a integridade das relações institucionais e estabelecer condutas transparentes e compatíveis com o perfil de companhias que possuem uma série de compromissos públicos – seja nos contratos de concessões e suas metas, seja ao participar de licitações e concorrências públicas.

Dados do SPRIS (Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento) comprovam essa aderência das empresas ao compliance: 95% delas possuem um Código de Ética e Conduta, sendo que 93% já implementaram e/ou formalizaram um comitê ou área de compliance. Em 80%, existe um Código de Ética e Conduta aplicável especificamente a fornecedores e terceiros. Em 89% delas há um canal de denúncias para o público externo.

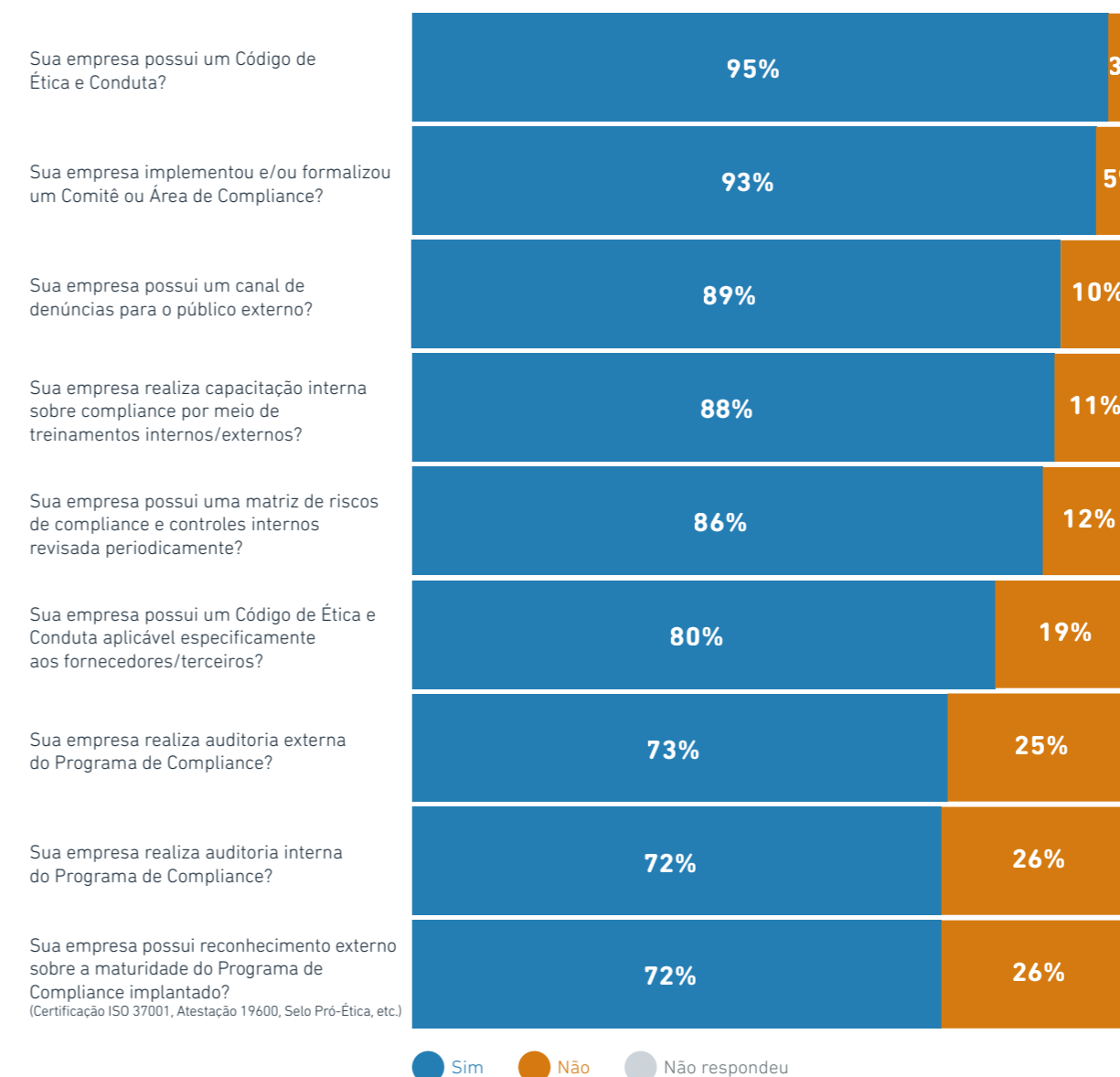
Reconhecimentos externos sobre a maturidade do Programa de Compliance implantado – tais como Certificação ISO 37001, Atestação 19600 ou Selo Pró-Ética – já atingem 72% das empresas.

Veja a partir da página 98 alguns bons exemplos da adoção de programas de compliance entre as concessionárias privadas de saneamento.

Gráfico 12.3.

Resultado pesquisa compliance

Fonte: SPRIS





Compromisso com ética e integridade no Grupo Águas do Brasil

Tendo a ética como um de seus principais ativos, o Grupo Águas do Brasil tem fortalecido, ano a ano, o seu sistema de compliance e criou recentemente um Programa de Compliance que promove a cultura de integridade na organização, pautado pelos seguintes pilares: apoio e compromisso da alta administração; prevenção; monitoramento; treinamento e comunicação.

Os esforços aplicados na manutenção dos temas relacionados à ética e à integridade já geram resultados. Em 2022, a empresa foi a primeira do país a conquistar a certificação da norma ABNT NBR ISO 37002, que trata do Sistema de Gestão de Denúncias.

Ao longo de 2022, a organização também passou pelo processo de recertificação da norma ABNT NBR ISO 37001 e de certificação da norma ABNT NBR ISO 37301, que tratam do Sistema de Gestão Antissuborno e do Sistema de Gestão de Compliance.

Como parte do Programa de Compliance, o grupo ingressou no quadro associativo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Instituto Ethos. As associações proporcionam à instituição a troca de experiências e conhecimentos com outras grandes empresas adeptas às melhores práticas de governança corporativa e compliance.



Programa Integridade GS Inima Brasil

Em 2022, entrou em vigor o Programa Integridade GS Inima Brasil, com o objetivo de construir no grupo, a cada dia mais, relações respeitadas, humanas e saudáveis, garantindo um ambiente de trabalho onde todos, colaboradores e terceiros relacionados, sintam-se bem.

O programa foi construído de forma a observar as melhores práticas dos órgãos de controle nacionais em alinhamento com as medidas de integridade adotadas pela controladora, para assegurar que todas as ações sejam pautadas pela ética e pela integridade. O Programa Integridade GS Inima Brasil sistematiza e aperfeiçoa os instrumentos já existentes na organização para atuar na prevenção, detecção e resposta às ocorrências de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

Os documentos relacionados ao tema abrangem vários itens, incluindo o Código de Integridade, Guia de Integridade, Política Anticorrupção, Política de

Responsabilidade Social e Patrocínio, Política de Terceiros Relacionados, Política de Contratação com a Administração Pública, além da Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades e da Política de Conflito de Interesses.

A implementação do Programa Integridade GS Inima Brasil iniciou disponibilizando aos colaboradores a Plataforma de Compliance com os seguintes treinamentos: Visão geral do Guia de Integridade; Relacionamento com a Administração Pública; Relacionamento com Terceiros, Brindes, Presentes, Hospitalidades; Fraude, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro; Diversidade e Inclusão; Conduta no Ambiente de Trabalho (assédio moral e assédio sexual); e Proteção de Dados. Ao final dos treinamentos, foram realizados questionários, testes e emissão de certificados de conclusão.

Todos os colaboradores do grupo realizaram o treinamento presencial do programa.

QUADRO DE CONCESSÕES

Quadro de concessões

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
ALAGOAS							
Anadia	Verde Ambiental Alagoas	Aviva Ambiental e Cyme Saneamento e Participações	Concessão Plena	2022	35	406.731	n.d.
Branquinha							
Campestre							
Capela							
Chã Preta							
Colônia Leopoldina							
Feliz Deserto							
Ibateguara							
Jacuípe							
Japaratinga							
Joaquim Gomes							
Jundiá							
Mar Vermelho							
Maragogi							
Maribondo							
Matriz de Camaragibe							
Novo Lino							
Passo de Camaragibe							
Paulo Jacinto							
Pindoba							
Porto Calvo							
Porto de Pedras							
São Luís do Quitunde							
São Miguel dos Milagres							
Tanque d'Arca							
Taquarana							
União dos Palmares							

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Arapiraca	Agreste Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Água	2012	30	377.000	10,45
Campo Grande							
Coité do Noia							
Craíbas do Nunes							
Feira Grande							
Grau do Ponciano							
Igaci							
Lagoa da Canoa							
Olho D'água Grande							
São Brás							
Atalaia	BRK Ambiental Região Metropolitana de Macéio	BRK Ambiental	Concessão Plena	2020	35	1,11 mi	66,18
Barra de Santo Antônio							
Barra de São Miguel							
Coqueiro Seco							
Maceió							
Marechal Deodoro							
Messias							
Murici							
Paripueira							
Pilar							
Rio Largo							
Santa Luzia do Norte							
Satuba							
Maceió							
Palmeira dos Índios + 33 municípios	Águas do Sertão	Conasa Infraestrutura	Concessão Plena	2022	35	572.000	n.d.
81	5					2,44 mi	120,11

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
AMAPÁ							
Amapá	Concessionária de Saneamento do Amapá	Equatorial	Concessão Plena	2021	35	358.572	n.d.
Calçoene							
Cutias							
Ferreira Gomes							
Itaubal							
Laranjal do Jari							
Macapá							
Mazagão							
Oiapoque							
Pedra Branca do Amapari							
Porto Grande							
Pracuúba							
Santana							
Serra do Navio							
Tartarugalzinho							
Vitória do Jari							
16	1					358.572	n.d.
AMAZONAS							
Manaus	Águas de Manaus	Aegea	Concessão Plena	2000	45	2,20 mi	196,4
1	1					2,20 mi	196,4

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
BAHIA							
Lauro de Freitas Salvador	BRK Ambiental Jaguaribe	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2006	19	1,94 mi	2,48
Serra do Ramalho	Águas de Serra do Ramalho Saneamento	Brasil Engenharia	Concessão Plena	2019	30	31.362	1,78
Xique-Xique	Águas de Xique-Xique	Brasil Engenharia	Concessão Plena	2022	30	46.483	n.d.
4	3					2,02 mi	4,26

CEARÁ							
Aquiraz	Ambiental Ceará 1	Aegea	PPP Esgoto	2023	30	237.149	n.d.
Barbalha							
Cascavel							
Chorozinho							
Eusébio							
Farias Brito							
Guaiúba							
Horizonte							
Itatinga							
Juazeiro do Norte							
Maracanaú							
Maranguape							
Missão Velha							
Nova Olinda							
Pacajus							
Pacatuba							
Santana do Cariri							

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Caucaia	Ambiental Ceará 2	Aegea	PPP Esgoto	2023	30	1,66 mi	n.d.
Fortaleza							
Paracuru							
Paraipaba							
São Gonçalo do Amarante							
São Luís do Curu							
Trairi							
Crato	Ambiental Crato	Aegea	Concessão Parcial Esgoto	2023	35	39.043	n.d.
25	3					1,94 mi	n.d.

ESPÍRITO SANTO							
Cachoeiro de Itapemirim	BRK Cachoeiro de Itapemirim	BRK Ambiental	Concessão Plena	1998	50	212.172	12,7
Cariacica	Ambiental Cariacica	Aegea	PPP Esgoto	2020	30	168.625	16,84
Vila Velha	Ambiental Vila Velha	Aegea	PPP Esgoto	2017	30	467.921	55,52
Serra	Ambiental Serra	Aegea	PPP Esgoto	2014	30	213.471	12,78
4	4					1,06 mi	97,84

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
GOIÁS							
Aparecida de Goiânia	BRK Ambiental Goiás	BRK Ambiental	Subdelegação Esgoto	2013	n.d.	753.865	299,83
Jataí							
Rio Verde							
Trindade							
Buriti Alegre	Buriti Alegre Ambiental	Aviva Ambiental, CCB Construtora e Senha Engenharia	Concessão Plena	2021	30	8.951	n.d.
Ipameri	Concessionária Águas de Ipameri	Construtora Central do Brasil S.A., Construtora Serrana Ltda., Senha Engenharia e Urbanismo SS	Concessão Plena	2021	30	26.985	n.d.
São Simão	São Simão Saneamento Ambiental	Orbis e Vital	Concessão Plena	2022	35	20.645	n.d.
7	4					810.446	299,83

MARANHÃO							
Bom Jesus das Selvas	Hidroforte Administração e Operação	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	2022	30	34.028	n.d.
Paço do Lumiar	BRK Ambiental Paço do Lumiar	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	35	84.938	20,66
São José de Ribamar	BRK Ambiental São José de Ribamar	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	35	40.202	22,91
Timon	Águas de Timon Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	148.917	32,37
4	4					308.085	75,94

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
MINAS GERAIS							
Araújos	Sanarj Concession. de Saneamento Básico	Global Engenharia e Planex Consultoria	Concessão Plena	2002	30	8.229	0,03
Belo Horizonte	Sistema Rio Manso	BRK Ambiental	PPP Água	2013	15	1,40 mi	2,97
Betim							
Contagem							
Ibirité							
Igarapé							
Lagoa Santa							
Mário Campos							
Pedro Leopoldo							
Ribeirão das Neves							
Santa Luzia							
São Joaquim de Bicas							
São José da Lapa							
Sarzedo							
Vespasiano							
Bom Sucesso	Águas de Bom Sucesso	Global Engenharia e Planex Consultoria	Concessão Plena	2002	25	17.604	0,1
Ouro Preto	Saneouro – Concessionária de Tratamento de Água e Esgoto	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2019	35	65.196	20,24
Pará de Minas	Águas de Pará de Minas	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2015	35	95.616	8,57
Paraguaçu	Coságua	Global Engenharia, Planex Consultoria	Concessão Plena	2000	30	17.872	0,67
Santo Antônio do Amparo	Águas de Santo Antônio do Amparo	Socienge Engenharia e Concessões	Concessão Plena	2019	30	16.371	13,37
20	7					1,62 mi	45,95

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
MATO GROSSO DO SUL							
Campo Grande	Águas Guariroba	Aegea	Concessão Plena	2000	60	916.001	157,35
Dourados + 67 municípios	Ambiental MS Pantanal	Aegea	PPP Esgoto	2021	30	797.551	36,75
69	2					1,71 mi	194,1

MATO GROSSO							
Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Alta Floresta	Águas Alta Floresta	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2002	30	51.000	12
Arenápolis	Águas de Arenápolis	Nascimento Engenharia	Concessão Plena	2003	30	9.100	0,01
Barra do Garças	Águas de Barra dos Garças	Aegea	Concessão Plena	2003	30	61.702	15,92
Campo Verde	Águas de Campo Verde	Aegea	Concessão Plena	2001	30	35.506	4,84
Canarana	Águas Canarana	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2000	40	22.000	3,35
Carlinda	Águas de Carlinda	Aegea	Concessão Parcial Água	2004	30	4.202	0,2
Cláudia	Águas de Cláudia	Aegea	Concessão Plena	2004	30	9.445	0,21
Colíder	Águas Colíder	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2002	30	33.000	5,79
Comodoro	Águas Comodoro	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2007	30	21.000	1,16
Confresa	Águas de Confresa	Aegea	Concessão Plena	2014	30	18.166	16,12
Cuiabá	Águas Cuiabá	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	613.000	230,97
Diamantino	Águas de Diamantino	Aegea	Concessão Plena	2014	30	17.434	2,07
Guarantã do Norte	Águas de Guarantã	Aegea	Concessão Plena	2001	30	27.078	2,38
Jangada	Águas de Jangada	Aegea	Concessão Plena	2004	30	3.223	0,17

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Jauru	Águas de Jauru	Aegea	Concessão Plena	2012	30	4.944	0,9
Juara	Concessionária Águas de Juara	Pereira Campanha	Concessão Plena	2001	30	35.000	0,73
Marcelândia	Águas de Marcelândia	Aegea	Concessão Plena	2003	30	10.107	0,15
Matupá	Águas de Matupá	Aegea	Concessão Plena	2001	30	13.119	6,12
Nortelândia	Águas de Nortelândia	Aegea	Concessão Parcial Água	2002	50	4.796	0,54
Nova Canaã do Norte	Águas de Canaã	Construtora Premier	Concessão Parcial Água	2009	30	12.876	n.d.
Nova Xavantina	Setae – Serviço de Tratamento de Água e Esgoto – Nova Xavantina	Setae – Serviço de Tratamento de Água e Esgoto	Concessão Plena	2001	30	16.900	0,31
Novo São Joaquim	Setae – Serviço de Tratamento de Água e Esgoto – Novo São Joaquim	Setae – Serviço de Tratamento de Água e Esgoto	Concessão Plena	2001	30	3.500	0
Paranatinga	Águas de Paranatinga	Aegea	Concessão Plena	2015	30	17.856	2,99
Pedra Preta	Águas de Pedra Preta	Aegea	Concessão Plena	2003	29	12.678	1,75
Peixoto de Azevedo	Águas de Peixoto de Azevedo	Aegea	Concessão Plena	2000	30	22.942	3,05
Poconé	Águas de Poconé	Aegea	Concessão Parcial Água	2008	16	24.228	2,16
Pontes e Lacerda	Águas Pontes e Lacerda	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2001	30	45.000	7,45
Porto Alegre do Norte	SANEPAN – Saneamento de Porto Alegre do Norte	Engefox Construções e Empreendimentos	Concessão Plena	2016	30	7.000	0
Porto dos Gaúchos	Águas de Porto dos Gaúchos	Lugui Construtora de Obras e Saneamento	Concessão Parcial Água	2018	30	5.344	0,31
Porto Esperidião	Águas de Porto Esperidião	Aegea	Concessão Plena	2012	30	4.639	0,9
Primavera do Leste	Águas de Primavera	Aegea	Concessão Plena	2000	30	60.447	12,76

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Rosário Oeste	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Rosário Oeste)	Brasil Central Engenharia e Saneamento Centro Oeste	Concessão Plena	2022	30	17.151	n.d.
Santa Carmem	Águas de Santa Carmem	Aegea	Concessão Parcial Água	2001	30	3.469	0,04
São José do Rio Claro	Águas de São José do Rio Claro	Aegea	Concessão Plena	2007	30	16.418	0,13
Sapezal	Naturágua Distribuidora de Água	Naturágua Distribuidora de Água Ltda	Concessão Parcial Água	2000	30	26.430	0,94
Sinop	Águas de Sinop	Aegea	Concessão Plena	2014	30	123.480	10,76
Sorriso	Águas de Sorriso	Aegea	Concessão Plena	2000	30	94.941	8,62
União do Sul	Águas de União do Sul	Aegea	Concessão Plena	2000	30	2.148	0,08
Vera	Águas de Vera	Aegea	Concessão Plena	2004	37	8.423	0,25
39	39					1,52 mi	356,13

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
PARÁ							
Abel Figueiredo	Hidroforte Administração e Operação	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	n.d.	n.d.	33.607	5,84
Itupiranga							
Novo Repartimento							
São Domingos do Araguaia							
Barcarena	Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2014	30	47.010	15,22
Bom Jesus do Tocantins	BRK Ambiental Araguaia	BRK Ambiental	Concessão Plena	2006	30	64.701	6,76
Santana do Araguaia							
São João do Araguaia							
Redenção							
Curionópolis	Saneatins	BRK Ambiental	Concessão Plena	2007	30	101.208	11,17
Eldorado dos Carajás							
São Geraldo do Araguaia							
Tucumã							
Xinguara							
Jacundá	Jacundá Ambiental	Aviva Ambiental / Ello Serviços, Obras e Participações	Concessão Plena	2018	30	25.847	0,16
Novo Progresso	Águas de Novo Progresso	Aegea	Concessão Plena	2003	30	25.769	1,58
Pau D'Arco	Sannorte Saneamento Ambiental	Sannorte Saneamento Ambiental	Concessão Plena	2022	30	5.483	n.d.
Rurópolis	Águas de Rurópolis	Perenge Engenharia e Concessões e PAVIENGE Engenharia	Concessão Plena	2019	30	28.000	n.d.
18	8					331.625	40,74

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
PERNAMBUCO							
Abreu e Lima	BRK Ambiental – Região Metropolitana do Recife / Goiana	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2013	35	1,40 mi	267,33
Araçoiaba							
Cabo de Santo Agostinho							
Camaragibe							
Goiana							
Igarassu							
Ipojuca							
Itamaracá							
Itapissuma							
Jaboatão dos Guararapes							
Moreno							
Olinda							
Paulista							
Recife							
São Lourenço da Mata							
15	1					1,40 mi	267,33

PIAUI							
Landri Sales	Soluções de Águas e Abastecimento de Landri Sales	Diniz Neto Soluções de Águas e Esgotos	Concessão Plena	2019	30	5.272	0,05
Teresina	Águas de Teresina	Aegea	Subconcessão Plena	2017	30	821.192	105,42
2	2					826.464	105,47

PARANÁ							
Paranaguá	Paranaguá Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	1997	45	155.000	27,45
1	1					155.000	27,45

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
RIO DE JANEIRO							
Aperibé	Saneamento Rio 1	Aegea	Concessão Plena	2021	35	2,13 mi	60,63
Cachoeiras de Macacu							
Cambuci							
Cantagalo							
Casimiro de Abreu							
Cordeiro							
Duas Barras							
Itaboraí							
Itaocara							
Magé							
Maricá							
Miracema							
Rio Bonito							
Rio de Janeiro							
São Francisco de Itabapoana							
São Gonçalo							
São Sebastião do Alto							
Saquarema							
Tanguá							
Araruama							
Saquarema	Prolagos	Aegea	Concessão Plena	1998	43	426.772	46,34
Silva Jardim							
Armação de Búzios							
Arraial do Cabo							
Cabo Frio							
Iguaba Grande							
São Pedro da Aldeia							

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Belford Roxo	Saneamento Rio 4	Aegea	Concessão Plena	2021	35	6,17 mi	59,91
Duque de Caxias							
Japeri							
Mesquita							
Nilópolis							
Nova Iguaçu							
Queimados							
Rio de Janeiro (Centro e Zona Norte)							
São João de Meriti							
Bom Jardim							
Carapebus	Rio+Saneamento	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	n.d.	35	2,60 mi	n.d.
Carmo							
Itaguaí							
Macuco							
Natividade							
Paracambi							
Pinheiral							
Piraí							
Rio Claro							
Rio das Ostras							
Rio de Janeiro (Zona Oeste)							
São Fidélis							
São José de Ubá							
Seropédica							
Sumidouro							
Trajano de Moraes							
Vassouras							
Campos dos Goytacazes	Águas do Paraíba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	60	503.378	33,52
Guapimirim	Fontes da Serra	Emissão Engenharia	Concessão Parcial Água	2000	30	45.772	n.d.

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Macaé	BRK Ambiental Macaé	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2012	35	167.659	53
Miguel Pereira	Iguá no Rio de Janeiro	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2021	35	1,20 mi	n.d.
Paty do Alferes							
Rio de Janeiro (Barra, Jacarepaguá e outros)							
Niterói	Águas de Niterói	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	50	516.981	44,38
Nova Friburgo	Águas de Nova Friburgo	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	40	167.509	22,47
Paraíba do Sul	Águas da Condessa	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2020	35	39.061	4,02
Paraty	Águas de Paraty	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	PPP Água e Esgoto	2014	30	32.589	0,56
Petrópolis	Águas do Imperador	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1997	45	298.061	24,58
Resende	Águas das Agulhas Negras	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2007	30	128.552	22,85
Rio das Ostras	BRK Ambiental Rio das Ostras	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2007	15	39.723	0,05
Rio de Janeiro	Zona Oeste Mais Saneamento	BRK Ambiental/ Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Parcial Esgoto	2012	30	1,52 mi	174,72
Santo Antônio de Pádua	Águas de Pádua	Fortaleza Ambiental	Concessão Parcial Água	n.d.	n.d.	42.456	2,27
São João do Meriti	Concessionária Águas de Meriti	Conasa Infraestrutura	Concessão Parcial Esgoto	2013	n.d.	285.535	n.d.
São José do Vale do Rio Preto	Águas do Rio Preto	Empresa de Saneamento Ambiental e Concessões	Concessão Parcial Água	n.d.	n.d.	15.986	0,36
64	20					14,62 mi	601,42

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
RIO GRANDE DO NORTE							
Arez	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Arez)	Jakson Albuquerque Paiva	Concessão Plena	2021	20	14.306	n.d.
1	1					14.306	n.d.

RONDÔNIA							
Ariquemes	Águas de Ariquemes Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	30	94.137	10,08
Buritis	Águas de Buritis Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	5.099	1,18
Pimenta Bueno	Águas de Pimenta Bueno Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	32.266	1,74
Rolim de Moura	Águas de Rolim de Moura Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	30	45.601	2,97
São Miguel Guaporé	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (São Miguel do Guaporé)	Concessionária Enorsul – Serviços em Saneamento	Concessão Plena	2023	30	23.005	n.d.
5	5					200.108	15,98

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
RIO GRANDE DO SUL							
Alvorada	Ambiental Metrosul	Aegea	PPP Esgoto	2020	35	494.462	73,68
Cachoeirinha							
Canoas							
Eldorado do Sul							
Esteio							
Gravataí							
Guaíba							
Sapucaia do Sul							
Viamão							
Canoas + 316 municípios	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (diversos municípios – Corsan)	Aegea	Concessão Plena	2023	35	6,23 mi	n.d.
São Gabriel	São Gabriel Saneamento	Solí	Concessão Plena	2012	30	56.177	14,23
Uruguaiana	BRK Ambiental Uruguaiana	BRK Ambiental	Concessão Plena	2011	30	118.661	49,59
319	4					6,41 mi	137,5

SANTA CATARINA							
Balneário Gaivota	Gaivota Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2018	35	8.021	0,08
Blumenau	BRK Ambiental Blumenau	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2010	35	168.821	35,83
Bombinhas	Águas de Bombinhas Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	35	20.889	6,72
Caçador	BRK Ambiental Caçador	BRK Ambiental	Concessão Plena	2018	30	71.973	13,69
Camboriú	Águas de Camboriú Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	35	82.803	7,27

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Capivari de Baixo	Tubarão Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	106.000	30,63
Tubarão							
Gravatal	Gravatal Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2018	30	11.310	0,08
Guabiruba	Guabiruba Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2020	30	17.868	0,37
Itapema	Águas de Itapema	Conasa Infraestrutura	Concessão Plena	2004	40	67.600	7,62
Itapoá	Itapoá Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	21.000	2,45
Jaguaruna	Águas de Jaguaruna	Atlantis	Concessão Parcial Água	2007	35	4.449	0,06
Jaguaruna	Jaguaruna Saneamento	Atlantis	Concessão Parcial Água	2016	40	2.028	0,06
Penha	Águas de Penha Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	35	31.211	5,89
São Francisco do Sul	Águas de São Francisco do Sul	Aegea	Concessão Plena	2014	35	51.875	37,39
Sombrio	Sombrio Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2020	35	18.356	0,31
15	15					684.204	148,44

SÃO PAULO							
Álvares Florence	Datema Ambiental Saneamento Básico	DQT – Saneamento Básico E Meio Ambiente	Concessão Plena	2012	30	2.374	0
Andradina	Águas Andradina	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	57.000	8,65
Araçatuba	GS Inima SAMAR – Soluções Ambientais de Araçatuba	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2012	30	195.368	27,28
Araçoiaba da Serra	Águas de Araçoiaba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2009	30	35.389	7,84

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Arujá	Águas Spat Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Água	2008	15	4,20 mi	4,25
Ferraz de Vasconcelos							
Guarulhos							
Itaquaquecetuba							
Mauá							
Mogi das Cruzes							
Poá							
Santo André							
São Paulo (Zona Oeste)							
Suzano							
Atibaia	Atibaia Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Esgoto	2012	30	143.000	30,91
Barueri	Sistema Produtor São Lourenço	CGGC Construtora do Brasil Ltda.	PPP Água	2014	25	1,50 mi	n.d.
Carapicuíba							
Cotia							
Itapevi							
Jandira							
Santana de Parnaíba							
Vargem Grande Paulista							
Birigui	AquaPérola	Latam Water Participações	PPP Água	1994	27	n.d.	n.d.
Campinas	BRK Ambiental Capivari	BRK Ambiental	Locação de ativos Esgoto	2007	23	55.768	0
Campos de Jordão	Araucária Saneamento	GS Inima Brasil	Locação de ativos Esgoto	2010	20	52.384	i.c.
Casa Branca	Águas de Casa Branca	Terracom	Concessão Plena	2018	30	30.510	1,9
Castilho	Águas Castilho	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	21.000	1,09
Estiva Gerbi	Águas de Estiva Gerbi	Terracom	Concessão Plena	2019	30	11.507	2,35
Guará	Águas de Guará	Latam Water Participações	Concessão Plena	2000	25	20.332	1,31
Holambra	Águas de Holambra Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	15.605	2,18
Jáú	Águas de Jahú	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2014	35	148.698	10,41

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Jaú	Águas de Mandaguahy	SGA – Sistema de Gestão Ambiental	Concessão Parcial Água	1998	30	136.779	n.d.
Jundiaí	CSJ – Companhia de Saneamento de Jundiaí	Campos Elíseos Participação, Empreendimentos e Administração S.A. e Jusante Participações Ltda.	Concessão Parcial Esgoto	1996	35	419.384	2,07
Limeira	BRK Ambiental Limeira	BRK Ambiental	Concessão Plena	1995	44	301.522	35,63
Luiz Antônio	SANEL – Saneamento de Luiz Antônio	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2020	35	15.095	3,31
Mairinque	Saneaqua Mairinque	BRK Ambiental	Concessão Plena	2010	40	44.237	8,72
Matão	Águas de Matão	Aegea	Concessão Plena	2013	30	84.069	8,61
Mauá	BRK Ambiental Mauá	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2003	40	447.547	6,28
Mineiros do Tietê	Águas de Mineiros	Latam Water Participações	Concessão Plena	1996	30	12.441	0,58
Mirassol	Sanessol – Saneamento de Mirassol	Iguá Saneamento e Aviva Ambiental	Concessão Plena	2007	30	60.000	4,86
Mogi Mirim	Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim	GS Inima Brasil	Concessão Parcial Esgoto	2008	30	72.346	22,66
Orlândia	Sanor	Engibras, Galvão e Instale Engenharia	Concessão Plena	2023	35	44.028	n.d.
Palestina	Empresa de Saneamento de Palestina	Iguá Saneamento e Aviva Ambiental	Concessão Plena	2007	30	13.000	1,29
Paraibuna	CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2015	30	13.691	0,97
Piquete	Águas Piquete	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	14.000	0,82
Piracicaba	Águas do Mirante	Aegea	PPP Esgoto	2012	30	410.275	12,54
Porto Feliz	Águas de Porto Feliz	General Water	Concessão Parcial Água	2009	20	17.000	n.d.

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
Porto Ferreira	BRK Ambiental Porto Ferreira	BRK Ambiental	Concessão Plena	2011	30	55.828	6,47
Potim	Águas de Potim	Terracom	Concessão Plena	2022	35	25.130	1,29
Ribeirão Preto	GS Inima Ambient – Serviços Ambientais de Ribeirão Preto	GS Inima Brasil	Concessão Parcial Esgoto	1995	38	715.344	7,38
Rio Claro	BRK Ambiental Rio Claro	BRK Ambiental e Latam Water Participações	PPP Esgoto	2007	30	208.500	12,49
Salto	Sanesalto Saneamento	Conasa Infraestrutura	Concessão Parcial Esgoto	1996	25	117.172	0,01
Santa Gertrudes	BRK Ambiental Santa Gertrudes	BRK Ambiental	Concessão Plena	2010	30	27.554	2,15
Santa Rita do Passa Quatro	COMASA – Companhia Águas de Santa Rita	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2016	30	24.742	1,79
São José dos Campos	Sanevap - Saneamento do Vale do Paraíba	GS Inima Brasil	Locação de ativos Esgoto	2012	20	216.693	i.c.
São Sebastião da Gramma	Águas de São Sebastião da Gramma	Terracom	Concessão Plena	2016	30	7.996	0,89
Sumaré	BRK Ambiental Sumaré	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	30	286.462	42,65
Tuiuti	Águas de Tuiuti	Terracom	Concessão Plena	2020	35	3.534	0,41
Votorantim	Águas de Votorantim	Grupo Águas do Brasil	Concessão Plena	2012	30	119.721	10,92
57	44					9,82 mi	292,91

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População beneficiada	Investimentos realizados em 2021 (R\$ milhão)
TOCANTINS							
Abreulândia + 33 municípios	Hidroforte Administração e Operação	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	n.d.	n.d.	99.549	2,44
Dois Irmãos do Tocantins	Sannorte Saneamento Ambiental	Sannorte Saneamento Ambiental Eireli	Concessão Plena	1900	30	2.586	0,06
Esperantina	Sannorte Saneamento Ambiental	Sannorte Saneamento Ambiental Eireli	Concessão Plena	2021	30	7.958	0,07
Palmas + 46 municípios	Saneatins	BRK Ambiental	Concessão Plena	1999	50	1,06 mi	250,55
83	4					1,18 mi	253,11

TOTAIS NACIONAIS

850	178					51,64 mi	3.280,90
------------	------------	--	--	--	--	-----------------	-----------------

Fontes:

SPRIS, SNIS e Planos de Negócios das Concessões

Observações

Considera os leilões realizados até 31 de dezembro de 2022

n.d – Não definido, disponível ou informado

i.c. – Investimentos concluídos

Há municípios com mais de um operador privado. Para esses casos, foi analisado se há sobreposição da população beneficiada e suprimida a quantidade que geraria dupla contagem. Seguem os casos em que isso foi feito:

Alvorada, Viamão, Esteio, Sapucaia do Sul,

Cachoerinha, Gravataí, Eldorado do Sul, Guaíba e

Canoas/RS: Suprimida população da PPP Esgoto e considerada apenas a da concessão plena.

Feira Grande/AL: Foi considerada a população da PPP Agreste e suprimidos os dados da população conforme AG001 – Desagregado SNIS.

Igaci/AL: Foi considerada a população da PPP Agreste e suprimidos os dados da população conforme AG001 – Desagregado SNIS.

Jaguaruna/SC: Foram somadas as populações dos dois contratos no município por abranger áreas diferentes.

Jaú/SP: Foi considerado o dado da população da Concessão Plena em Jaú e suprimida a Concessão Parcial Água.

Maceió/AL: Foi considerado o valor da Concessão Plena em Maceió e suprimida a PPP de Esgoto.

Mauá/SP: Foi considerado o dado de população da PPP Água em Mauá e suprimido o dado da população da Concessão Parcial de Esgoto.

Rio das Ostras/RJ: Foi considerado o dado da população da Concessão Plena e suprimido o dado da população da PPP Esgoto.

Rio de Janeiro/RJ: Foram considerados os dados das populações dos quatro blocos do Rio de Janeiro e suprimido o dado da população da Zona Oeste Mais Saneamento.

São Brás/AL: Foi considerada a população da PPP Agreste e suprimidos os dados da população conforme AG001 – Desagregado SNIS.

São João de Meriti/RJ: Foram considerados os dados da população da Concessionária Saneamento Rio 4 e suprimidos os dados da Concessão Parcial de Esgoto.

Squarema/RJ: Foi considerado o dado da população Saneamento Rio 1 e suprimidos os dados da população conforme AG001 – Desagregado SNIS.

Arredondamentos nos totais de investimentos estaduais podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Nota metodológica

SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPRIS	Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento

Informações	Unidade	
AG001	População total atendida com abastecimento de água	população
AG002	Quantidade de ligações ativas de água	ligações
AG002_A	Quantidade de ligações ativas de água no ano anterior	ligações
AG005	Extensão da rede de água	km
AG010	Volume de água consumida	1.000 m³/ano
AG011	Volume de água faturado	1.000 m³/ano
AG019	Volume de água tratada exportado	1.000 m³/ano
AG026	População urbana atendida com abastecimento de água	população
ES001	População total atendida com esgotamento sanitário	população
ES002	Quantidade de ligações ativas de esgoto	ligações
ES002_A	Quantidade de ligações ativas de esgoto no ano anterior	ligações
ES004	Extensão da rede de esgoto	km
ES005	Volume de esgoto coletado	1.000 m³/ano
ES006	Volume de esgoto tratado	1.000 m³/ano
ES007	Volume de esgoto faturado	1.000 m³/ano
ES015	Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador	1.000 m³/ano
ES026	População urbana atendida com esgotamento sanitário	população
FN001	Receita operacional direta	R\$/ano
FN017	Despesas totais com os serviços (DTS)	R\$/ano
FN033	Investimentos totais realizados pelo prestador de serviços	R\$/ano
FN048	Investimentos totais realizados pelo(s) município(s)	R\$/ano
FN058	Investimentos totais realizados pelo estado	R\$/ano
G06a	População urbana residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE	população
G12a	População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE	população

Metodologia de cálculo		
IN003	Despesa total com os serviços por m³ faturado [FN017/(AG011+ES007)]*(1/1.000)	R\$/m³
IN004	Tarifa média praticada [FN001/(AG011+ES007)]*(1/1.000)	R\$/m³
IN015	Índice de coleta de esgoto [ES005/(AG010-AG019)]*100	%
IN023	Índice de atendimento urbano de água (AG026/G06a)*100	%
IN024	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água (ES026/G06a)*100	%
IN046	Índice de esgoto tratado referido à água consumida [(ES006+ES015)/(AG010-AG019)]*100	%
IN055	Índice de atendimento urbano de água (AG001/G12a)*100	%
IN056	Índice de atendimento total de esgoto (ES001/G12a)*100	%
Investimento/Ligação	FN033/(AG002+ES002)	R\$/ano/ligações
Investimentos totais	FN033+FN048+FN058	R\$/ano
Investimento per capita*	FN033/G12a	R\$/pessoa

*Nas análises por modalidade contratual, foi considerada a população atendida.

Para população atendida, os valores a ser considerados serão:

Concessão Plena = AG001

Subconcessão Água e Esgoto = AG001

Concessão Parcial Água = AG001

Concessão Parcial Esgoto = ES001

PPP Água = AG001

PPP Esgoto = ES001

Subdelegação de Esgoto = ES001

Locação de ativos = População beneficiada

ABCON SINDCON

A ABCON SINDCON, Associação e Sindicato das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, é a entidade que reúne as operadoras privadas de saneamento no país, congregando 20 holdings e mais de 120 concessionárias associadas, o que representa 85,5% dos municípios e 94,4% da população atendida pela iniciativa privada com os serviços de água ou esgoto no Brasil.

O propósito da associação é atuar para que o segmento privado seja protagonista na universalização do saneamento básico no país.

A entidade busca fortalecer a representação empresarial e a valorização do capital privado no setor, promovendo o conhecimento qualificado e a ampliação das oportunidades de mercado, com credibilidade e transparência.

A partir dessas premissas, a ABCON SINDCON tem como objetivo contribuir de forma decisiva para que os operadores privados de saneamento alcancem uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira, atuando com inovação e qualidade.

Gestão

Código de Conduta e Governança

Todas as atividades da ABCON SINDCON são regidas pelo Código de Conduta e Governança, que estabelece premissas para direcionar suas atividades e das empresas associadas, empenhadas em conduzir ações no estrito cumprimento das leis e seguindo padrões éticos reconhecidos pela sociedade brasileira.

A ABCON SINDCON se compromete a tratar as empresas associadas com equidade, isonomia, transparência e imparcialidade, promovendo esforços para que elas atuem de forma ética e legal, com base no regime da livre iniciativa e da concorrência.

Comitês temáticos

A ABCON SINDCON mantém comitês internos, formados por seus associados, com o objetivo de troca de experiências entre as empresas e para atender às demandas das associadas, a fim de agregar valor às intermediações solicitadas.

Os comitês Jurídico, Compliance, Financeiro, Comunicação, Suprimentos, Recursos Humanos, de Qualidade e Segurança e o Conselho Técnico são responsáveis por contribuições com discussões e encaminhamento de propostas aos temas que afetam a atividade das concessionárias e o setor.

Ações e produtos

Prêmio Sustentabilidade

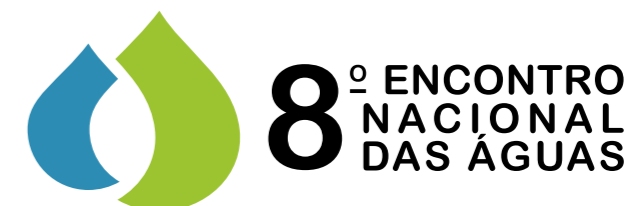
Criado em 2015, já conta com quatro edições realizadas e cerca de 300 projetos avaliados. A iniciativa busca o reconhecimento dos profissionais das concessionárias privadas que desenvolveram projetos inovadores, visando ações e resultados sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e de governança. Em 2023, o evento premiará iniciativas voltadas para Gestão e Governança, Sociedade e Consumidores, Inovação Técnica e para a Proteção e Restauração de Ecossistemas.



PRÊMIO
SUSTENTABILIDADE

ENA – Encontro Nacional das Águas

Congresso bienal dedicado ao debate dos principais temas que afetam o saneamento básico e a iniciativa privada. Reúne em sua programação diversos painéis para compartilhar experiências e soluções desenvolvidas pelas operadoras privadas no país. Em 2022, ocorreu a oitava edição do ENA, com o tema “Saneamento: a pauta do futuro”, presencialmente em São Paulo e transmitido para todo o mundo pelo YouTube da ABCON SINDCON.



8º ENCONTRO
NACIONAL
DAS ÁGUAS

SPRIS

O Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento (SPRIS) compila, reúne e disponibiliza aos associados ABCON SINDCON e também à sociedade civil os principais indicadores de desempenho da iniciativa privada em suas operações espalhadas por todo o país. O SPRIS é a base para a elaboração do Panorama da Participação Privada no Saneamento.



Panorama da Participação Privada no Saneamento

Publicação anual, editada e apresentada ao público em geral desde 2014, que reúne os dados compilados pelo SPRIS e outros indicadores e informações pertinentes à atividade das concessionárias privadas no saneamento.

PANORAMA
da participação privada no saneamento
2023

Revista Canal

Publicação trimestral online que promove a narrativa econômica e socioambiental do segmento privado, focando os operadores e fornecedores. Promove a imagem de credibilidade das operadoras privadas e da ABCON SINDCON entre investidores e representantes do setor público.

revista
canal

Calculadora de custos em saneamento

Produto indicado para agilizar orçamentos e ser uma ferramenta essencial para quem trabalha na indústria da construção, bem como em órgãos de fomento, instituições financeiras, escritórios e consultorias que precisam realizar estudos de viabilidade de projetos. Utiliza como fonte os valores de referência do Sinapi – Sistema Nacional de Preços e Índices para Construção Civil. Disponível para assinaturas!

 Calculadora
de Custos
EM SANEAMENTO

Agenda legislativa dos operadores privados de saneamento

Com edição atualizada em 2023, o guia traz os principais projetos em tramitação no Congresso que possuem relação direta com o setor, apontando aqueles que são prioritários para o saneamento avançar. Cada projeto é acompanhado por uma análise da ABCON SINDCON.



SIRI

Sistema de Integração e Representação Institucional (SIRI), mobiliza recursos humanos a fim de garantir que as discussões realizadas em importantes órgãos colegiados e grupos de trabalho do setor de saneamento sejam compartilhadas com todos os associados.


Sistema de Integração e Representação Institucional

Análises conjunturais

Produzida pela entidade, a série de “Análises conjunturais” apresenta uma abordagem econômica e política do que acontece no saneamento brasileiro, em português e em inglês. Entre as edições publicadas, estão as análises da importância do novo marco legal do saneamento, os movimentos de mercado e a relevância do setor para a cadeia produtiva e para a retomada do crescimento econômico.

Análises
Conjunturais 

ABCON SINDCON News

Publicação mensal eletrônica da entidade, dirigida a empresas do setor, investidores e fornecedores, traz as principais notícias do mercado e sobre a regulação de saneamento, bem como a agenda da associação. Enviada por e-mail e também hospedada no site da ABCON SINDCON.

abcon  sindcon
NEWS

Expediente

Diretor-executivo

Percy Soares Neto

Superintendente Técnica

Ilana Ferreira

Técnico Operacional

Cesar Seara

Júlia Souza

Priscila Bezerra

Financeiro

Eliana Gonçalves

Administrativo

Elaine Cristina das Chagas

Coordenadora Jurídica

Kelly Felix

Assessoria de Imprensa

Em Foco Assessoria de Comunicação

Assessoria Jurídica

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados

Assessoria Parlamentar

BMJ Consultores

O Panorama da Participação Privada no

Saneamento 2023 é uma publicação anual da ABCON SINDCON — Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Coordenação Executiva

Percy Soares Neto

Produção Técnica

Ilana Ferreira

Priscila Bezerra

Júlia Souza

Produção Editorial

Áurea Figueira

Nelson Lourenço

Revisão

Tarcila Lucena

Projeto gráfico e diagramação

Carolina La Terza

Infografia

Camila La Terza

Foto da capa

Tháís Viyuela

Demais fotos

Comunicação dos associados e Banco de Imagens

Publicação

Agosto de 2023

PANORAMA

da participação privada no saneamento

2023

